

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

ROBERTO DOS ANJOS DIAS

**O PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA (PROJETO
GATI): A EXPERIÊNCIA NA TERRA INDÍGENA OCO'Y**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2017

ROBERTO DOS ANJOS DIAS

O PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA (PROJETO GATI): A EXPERIÊNCIA NA TERRA INDÍGENA OCO'Y

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Prof. Marcos Aurélio Saquet – Orientador

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D541p

Dias, Roberto dos Anjos

O Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Projeto GATI): a experiência na terra indígena Oco'y. / Roberto dos Anjos Dias. Marechal Cândido Rondon, 2017.

96 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

1. Gestão ambiental. 2. Terras indígenas. I. Saquet, Marcos Aurélio. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 333.72

CIP-NBR 12899

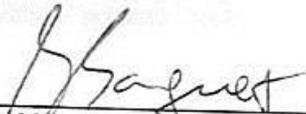
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL

ROBERTO DOS ANJOS DIAS

"O PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL INDÍGENA (PROJETO GATI): A EXPERIÊNCIA NA TERRA INDÍGENA OCO'Y".

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 28 de abril de 2017.



Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Presidente / Orientador



Prof. Dr. Serinei César Grigolo
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Membro



Profa. Dra. Romilda de Souza Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro

RESUMO

DIAS, Roberto dos Anjos, Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Abril – 2017. **O Projeto De Gestão Ambiental E Territorial Indígena (Projeto Gati): A Experiência Na Terra Indígena Oco'y.** Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

O trabalho tem por objetivo compreender a aplicação do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena - Projeto GATI (GEF INDÍGENA/PNUD BRA09/G32) na Terra Indígena Oco'y. O Projeto é uma experiência piloto que foi aplicada em 32 terras indígenas nos 05 biomas brasileiros. Possui amplos objetivos que possuem a finalidade de consolidar as terras indígenas brasileiras como áreas essenciais para a conservação da biodiversidade. O Projeto GATI teve uma duração de dois anos, período em que diversas ações foram propostas e executadas na Terra Indígena Oco'y. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, abordando conceitos geográficos, filosóficos, antropológicos entre outros. Para subsidiar a análise realizou-se discussão teórica sobre a relação entre povos indígenas, etnodesenvolvimento, território, agricultura Guarani, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável e ética. Através de análises de documentos, entrevistas e trabalho de campo identificou-se que das ações previstas poucas foram executadas e de forma incipiente. Ademais, constatou-se que o Projeto apresentou pressupostos teóricos adequados e avanços na superação de burocracias e barreiras institucionais, entretanto sua aplicação não teve participação comunitária, suporte institucional bem como não houve continuidade das ações.

Palavras-chave: Avá-Guarani. Oco'y. Projeto GATI.

ABSTRACT

DIAS, Roberto dos Anjos, Master in Rural Development Sustainable, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, April – 2017. **The Indigenous Environmental and Territorial Management Project (Gati Project): The Experience On Oco'y Indigenous Land.** Mastermind: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

The aim of this work was to understand the application of the Indigenous Environmental and Territorial Management Project - GATI Project (GEF INDÍGENA/PNUD BRA09/G32) at Oco'y Indigenous Land. The Project is a pilot experiment that was applied in 32 indigenous lands at 05 different Brazilian biomes. This project has broad objectives that aim to consolidate Brazilian indigenous lands as essential areas of biodiversity conservation. The GATI Project lasted two years, period in which several actions were proposed and implemented at Oco'y Indigenous Land. It was an interdisciplinary research, addressing geographical, philosophical, anthropological, among others concepts. To support the analysis, a theoretical discussion about the relationship between indigenous, ethno-development, territory, Guarani agriculture, environmental conservation, sustainable development and ethics was performed. By the analysis of documents, interviews and fieldwork, it was identified that few of the planned actions were carried out in an incipient way. In addition, it was verified that the Project presented adequate theoretical presuppositions, advances in the overcoming of bureaucracies and institutional barriers; however, its application did not have community participation, institutional support as well as there was no continuity of actions.

Keywords: Avá-Guarani. Oco'y. GATI Project.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APIB - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

APROSMI - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
ORGÂNICA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU –

ARPINPAN - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO PANTANAL

ARPINSUDEST - ARTICULAÇÃO DO MATO GROSSO E ARTICULAÇÃO DOS
POVOS INDÍGENAS DO SUDESTE

ARPIN-SUL - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL

APOINME - ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE, MINAS
GERAIS E ESPÍRITO SANTO

CAPA - CENTRO DE APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR

COIAB - COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA

CNPI - COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

CTI - CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

CTL – COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

GEF-GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - FUNDO MUNDIAL PARA O MEIO
AMBIENTE

GIZ - COOPERAÇÃO ALEMÃ PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

GTI – GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PNGATI - POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE
TERRAS INDÍGENAS

PDPI - PROJETOS DEMONSTRATIVOS DOS POVOS INDÍGENAS

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

PPTAL - PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES E TERRAS
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA LEGAL

SAF – SISTEMA AGROFLORESTAL

SESAI - SECRETARIA DE SAÚDE INDÍGENA

TI – TERRA INDÍGENA

TNC - THE NATURE CONSERVANCY

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Distribuição do povo Guarani.	29
Figura 02 – Obrages do Oeste do Paraná sobrepondo o território Avá-Guarani.	31
Figura 03 – Principais destinos de fuga dos Guarani expropriados por Itaipu.	36
Figura 04 - Banners dos trabalhos realizados pela Itaipu na TI Oco'y expostos no centro de artesanato e nutrição do Oco'y.	40
Figura 05 – Banner da premiação no centro de artesanato e nutrição da TI Oco'y. .	40
Figura 06 – Jogo de tabuleiro e cartas expostos no evento 13º Encontro CAB - Celebrando o Prêmio ONU-Água.	41
Figura 07 – Localização da Terra Indígena Oco'y.	43
Figura 08 – Unidade de Saúde da Aldeia Ocoy.	47
Figura 09 – Visita dos indígenas a propriedade do “Seu” Arruda, produtor de orgânicos nas proximidades do município de Medianeira – PR.	67
Figura 10 – Croqui elaborado por indígenas para futura implantação de quintais agroflorestais.	68
Figura 11 – Preparação do terreno para implantação da horta mandala	69
Figura 12 – Horta mandala finalizada.	69
Figura 13 – Comunidade do Oco'y após o fim da implantação da nova horta mandala.	70
Figura 14 - Horta em Mandala de Sergio.	72
Figura 15 - Horta em Mandala na vizinhança de Sergio.	73
Figura 16 - Plantio de soja limítrofe a estrada de acesso à aldeia	77
Figura 17 - Plantio de milho “branco” a poucos metros da moradia indígena	77
Figura 18 - Córrego que nasce na propriedade vizinha e corta a aldeia	78
Figura 19 – Artesanatos disponíveis no centro de artesanato e nutrição	80
Figura 20 - Pés de laranja plantados próximo a escola e que sobreviveram ao fim do Projeto.	82
Figura 21 - Local próximo a escola em que foram plantadas mudas. Atualmente tomado pela vegetação	83
Figura 22 – Escritório praticamente abandonado da FUNAI dentro da TI Oco'y.	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 – GESTÃO TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS: TERRITÓRIOS INDÍGENAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ETNODESENVOLVIMENTO	16
1.1 TERRITÓRIO E GESTÃO TERRITORIAL DAS TERRAS INDÍGENAS.....	19
2 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: OS AVÁ GUARANI DO OESTE DO PARANÁ E A TERRA INDÍGENA OCO'Y	28
2.1 TERRA INDÍGENA OCO'Y.....	41
2.2 A ÉTICA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E AMBIENTALISTA (1960-1990)..	48
2.3 A ÉTICA GUARANI COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	54
2.3 AGRICULTURA GUARANI COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	57
3 - PROJETO GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS – GATI.....	64
3.1 METODOLOGIA.....	64
3.2 INVESTIGAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES PROPOSTAS E REALIZADAS PELO GATI NO OCO'Y	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

INTRODUÇÃO

O aprofundamento do conhecimento científico, isto é, a especialização em determinadas áreas, embora seja de muita contribuição para a humanidade, não tem conseguido dar conta de todos os problemas que lhes são apresentados. Diversos desses impasses estão justamente nas fronteiras e intersecções entre disciplinas. Percebe-se que o aprofundamento da análise, não só revela, mas apresenta novas complexidades, traz certa resistência - sem pretensões de substituição - à ideia da ciência moderna de que o *todo* é formado pela soma de suas partes. Dessa forma, tem-se no conhecimento interdisciplinar, a tentativa de construir um caminho alternativo, caminho *inter*-disciplinar para temas que o conhecimento disciplinar até então não foi capaz de dar respostas satisfatórias (POMBO, 2005).

Portanto, este trabalho insere-se no campo da interdisciplinaridade, pois envolve um dos grandes problemas complexos da atualidade que é o desenvolvimento sustentável, o qual se demonstra uma ideia essencialmente interdisciplinar uma vez que, em sua proposição básica é compreendida a partir da interação de três campos de conhecimento, disciplinas ou dimensões: 1) *ambiental*, sendo encabeçada pela ecologia e conhecimentos relativos à conservação do ambiente, 2) a dimensão *social*, a preocupação com o desenvolvimento humano e a diminuição da desigualdade; 3) a dimensão *econômica* e conhecimentos relativos ao desenvolvimento econômico, a produção com eficiência gerando conservação dos recursos naturais (NASCIMENTO, 2012), constituindo-se no chamado de *triple bottom line* ou o “tripé da sustentabilidade”¹.

Cabe observar que a ideia de desenvolvimento sustentável se popularizou na década de 1990 a partir da qualificação de diversas discussões que vinham ocorrendo desde a década de 1960, principalmente no campo da economia, no debate sobre o tema do desenvolvimento.

Na visão dos teóricos economistas da metade do século XX, os países desenvolvidos ou seja, os países ricos eram os que tinham grande investimento em industrialização, enquanto os países pobres e considerados subdesenvolvidos

¹ Termo criado por John Elkington que é reproduzido em discursos padrões, segundo o qual: “Para ser sustentável o desenvolvimento de ver economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto” (BOFF, 2015, p 45).

apresentavam pouco ou nenhum grau de industrialização (VEIGA, 2010). Assim, o termo nasce e até hoje carrega consigo a ideia de sinônimo de crescimento econômico o qual poderia ser medido através de indicadores econômicos, como por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita*.

No sentido de crescimento econômico, o termo “desenvolvimento” desconsidera fatores como distribuição de renda, preservação ambiental, qualidade de vida entre outros critérios relativos ao bem-estar das pessoas. Ademais com a qualificação dos debates foi se clareando a percepção de que o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico não se refletiu necessariamente em qualidade de vida, sendo necessário levar em consideração o desenvolvimento social e estabelecer novos indicadores que refletissem o desenvolvimento como melhoria da qualidade de vida, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para isso foi de grande contribuição a obra de Amartya Sen “Desenvolvimento como Liberdade” (2010). O autor compreende o desenvolvimento como o favorecimento às potencialidades humanas, aproximando a ética, a economia, política e a consciência social.

A temática ambiental ganha força na década de 1970 com o aparecimento de evidências mais frequentes de que as atividades antrópicas estariam causando diversos impactos ambientais em diferentes escalas, como chuvas radioativas distantes dos locais de testes nucleares, chuvas ácidas na Suécia, entre outros impactos em países do chamado “*primeiro mundo*” (NASCIMENTO, 2012). Em função das alterações ambientais o debate ecológico passa a ser incorporado às discussões sobre desenvolvimento através da disseminação em escala global de debates promovidos pelo recém-surgido movimento ambientalista. Como resultado das agendas, obteve-se a construção do desenvolvimento tendo como premissa a melhoria social, considerando o cuidado ambiental (MONTIBELLER-FILHO, 2007).

A relação entre economia e ecologia é muito próxima, inclusive tendo-se cogitado a possibilidade de uma fazer parte da outra (VEIGA, 2010) e diversas foram as formas de abordagem da problemática do desenvolvimento *versus* conservação do ambiente. Percebe-se que o discurso hegemônico pendeu muito tempo para uma visão essencialmente economicista, ou seja, da racionalização dos “recursos naturais”, desconsiderando limites naturais e as necessidades de um sistema biótico.

Ainda há os que creem no desenvolvimento como decorrência do crescimento econômico, o que se mostrou na preservação da estrutura econômica e

social desigual do modelo neoliberal e em uma ideia inaceitável do ponto de vista ético (VEIGA, 2010). Todavia, vem se fortalecendo a crítica sobre o desenvolvimento sustentável como um discurso que promete mudanças, porém, na realidade serve para preservar recursos naturais para manter a estrutura do modo de produção capitalista (WHITACKER, 2013, BOFF, 2015).

Em outros momentos, a discussão sobre a preservação ambiental também pendeu para um enfoque preservacionista, do “culto ao silvestre”, da preservação da natureza em seu estado “puro”, em outras palavras, da preservação das áreas mantidas sem o contato com o homem o que, por sua vez, influenciou, no Brasil, a criação de diversos parques nacionais de conservação e na expulsão de inúmeras populações tradicionais de seus territórios. Tal visão, importada do modelo preservacionista estadunidense, desconsiderou que, em boa parte das florestas tropicais, existem comunidades tradicionais vivendo em uma relação quase simbiótica com o ambiente. A exclusão dessas comunidades de seus territórios tradicionais gera até hoje diversos conflitos por justiça ambiental em diversas partes do mundo (ALIER, 2015; DIEGUES, 2008).

Para além das três dimensões supracitadas, Nascimento (2013) afirma que a dimensão política é fundamental para a transformação social, pois até as mudanças frutos da evolução tecnológica passam, necessariamente, por embates em instâncias econômicas e espaços políticos.

Sachs (2002), por sua vez, estende sua proposta e compreende que o desenvolvimento sustentável necessita ser abordado em oito dimensões, são elas: *social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e internacional*. De forma semelhante Boff (2015) também compreende que o desenvolvimento sustentável deve harmonizar diferentes dimensões do conhecimento e de diferentes escalas. A questão perceptível na análise da aplicação do termo desenvolvimento sustentável é que esta possui uma ideia subjacente de perpetuidade e harmonia, porém, ainda é um conceito essencialmente político, ganhando a conotação que deseja o seu proponente.

Assim fica evidente que o desenvolvimento sustentável é um conceito em construção, um objetivo a ser alcançado o qual necessita de uma abordagem que transcenda os conhecimentos disciplinares, não que este seja fruto da junção de diferentes disciplinas, mas que floresça nas fricções entre disciplinas, respondendo as complexidades da integração entre indivíduo, sociedade e ambiente.

O discurso desenvolvimentista, que leva em consideração principalmente o crescimento econômico, do fim da década de 1950 e dos anos seguintes influenciou as ações governamentais no campo brasileiro. A década de 1960 foi um período de frutíferos debates sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro, discutia-se, por exemplo, o papel do campo como um elemento do desenvolvimento ou se este seria um entrave ao processo (GONÇALVES NETO, 1997). Entretanto, a visão de progresso e crescimento econômico inspirada em sociedades industriais prevaleceu e o rural foi deixado em segundo plano “[...] tido como atrasado, retrógrado e de menor importância diante da urgência de promover a industrialização da economia nacional” (GUIMARÃES, M, 2014, p.06). Tal premissa contribuiu para dificultar a reflexão de caminhos alternativos para o desenvolvimento brasileiro.

A ideia de que o campo seria um entrave para o desenvolvimento do país e que não daria conta de responder pelas demandas do urbano-industrial foi superada em função dos avanços tecnológicos gerados a partir da década de 1970 (GONÇALVES NETO, 1997). O campo foi transformado e o setor agrícola mostrou sua capacidade de produzir suficientemente para cobrir a demanda de alimentos surgida em função da pressão demográfica (ASSIS, 2002).

A adoção pelos programas governamentais de extensão e crédito rural, dos pacotes tecnológicos frutos da chamada Revolução Verde, na década de 1970, produziu impactos de ordem ambiental, social, cultural e econômica. A estratégia de desenvolvimento rural, baseado na modernização da agricultura gerou a chamada *modernização conservadora* do campo, processo que resultou na expropriação de agricultores que não podiam custear esse modelo produtivo, ignorando-se as contribuições de manejos ecológicos de povos tradicionais e influenciando diretamente a diminuição da diversidade de cultivares (ALTIERI, 2012).

É importante lembrar que naquele período a visão hegemônica era a de que o ambiente seria uma fonte inesgotável de recursos naturais e a degradação ambiental uma necessidade para o desenvolvimento tecnológico (ASSIS, 2002). Foi naquele período que os primeiros alardes sobre a questão ambiental e a necessidade de uma sustentabilidade ecológica surgiram com a realização de encontros internacionais e publicações institucionais voltadas para o tema.

No mesmo período (década de 1970) o movimento indígena, formado por povos majoritariamente localizados no campo, também começa a se articular em prol de seus direitos e encontra no apelo ambiental um forte aliado. Para Lima e

Pozzobon (2005) a valorização dos critérios de sustentabilidade ecológica trouxe um valor positivo às chamadas comunidades tradicionais, em suas palavras:

Se o critério de racionalidade econômica capitalista ordenava os segmentos sociais segundo seu grau de desenvolvimento e integração ao mercado, o emprego de critérios de sustentabilidade ecológica atribui a segmentos sociais antes inferiorizados uma valoração ecológica positiva. Esses mesmos segmentos sociais, como as populações indígenas, os seringueiros e os ribeirinhos, recentemente denominados "populações tradicionais", incorporaram a marca ecológica às suas identidades políticas como estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais (LIMA; POZZOBON, 2005, p. 45; grifo do original).

Com a absorção desse valor positivo pelos movimentos indígenas reforçou-se a característica de cuidado ambiental destes povos. E desde então, diversas políticas, programas e projetos articulam qualidade de vida com conservação ambiental. Com as populações tradicionais aliadas ao discurso ambientalista, no campo brasileiro, adquirem-se reforços para uma faceta até então desprezada, a da possibilidade de permanência no campo sem necessariamente estar integrado a uma cadeia produtiva.

Nesse contexto de desenvolvimento sustentável, o tema gestão territorial em terras indígenas vem se destacando na reflexão sobre as ações de desenvolvimento e superação de desafios das terras indígenas brasileiras demarcadas. Isto, pois, abarca a importância tradicional do território para os povos indígenas, bem como, articula e debate diversos outros temas voltados a manutenção ou condução da sustentabilidade das terras indígenas (INGLEZ DE SOUZA, 2012; REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA, 2013).

A articulação é feita principalmente em torno de projetos de gestão territorial envolvendo setores representantes de diferentes áreas do conhecimento e com interesses muitas vezes conflituosos. Como por exemplo, a questão ambiental representada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ONGs ambientalistas, a questão educacional pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), os interesses indígenas representados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e muitas vezes até mesmo parceiros internacionais. A presença de tantos e

diversificados gestores² demonstra uma convergência de interesses que devem atuar de maneira unificada para que não sejam gastos esforços e recursos em atividades paralelas ou antagônicas.

Diante do exposto, nosso objetivo principal é compreender como se deu o processo de implantação do Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena - GATI (GEF INDÍGENA/PNUD BRA09/G32) trata-se de um projeto experimental iniciado em 2010 que surge como um dos frutos das discussões sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), aprovada em 2012 (BRASIL, 2012).

O Projeto GATI foi aplicado em 32 terras indígenas brasileiras, sendo três destas na região Sul, entre elas a Terra Indígena Oco'y em São Miguel do Iguazu, Estado do Paraná, área do presente estudo. Consiste-se em um projeto piloto com que tem por objetivo o “uso sustentável e conservação dos recursos naturais e a inclusão social dos povos indígenas, consolidando a contribuição das Terras Indígenas como áreas essenciais para conservação da diversidade biológica e cultural nos biomas florestais brasileiros” (PROJETO GATI, 2017).

Realiza-se investigação de forma que se possibilita evidenciar os pontos positivos e negativos, bem como sugerir medidas e exemplos de ações que possam ser adequadas para a implantação de projetos de mesma alçada.

Para tal, foi realizada pesquisa empírica por meio de entrevistas semi-estruturadas com indígenas, à consultoria do projeto e aos representantes da Associação dos Produtores de Agricultura e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguazu - APROSMI, instituição parceira da implantação do projeto. Foram realizadas cinco entrevistas, sendo três realizadas em campo e duas por e-mail. Além destas foram realizados diálogos informais sobre o projeto com mais quatro pessoas. Estes indivíduos foram escolhidos devido a sua participação direta em diferentes etapas do Projeto.

No primeiro capítulo contextualiza-se o processo ocorrido para a constituição da aliança entre terras indígenas e o desenvolvimento sustentável, relação esta que, embora antiga, foi posta em prática apenas a partir da década de 1990, após as

² A noção de gestores aqui presente quer dizer todo e qualquer indivíduo, órgão ou instituição responsável por ações diretas voltadas ao gerenciamento dos recursos materiais ou imateriais de um território indígena.

importantes discussões ambientais que foram realizadas no período que culminou na demanda de políticas de proteção as florestas e os povos que as habitam. A partir deste momento, diversas políticas, programas e projetos com cooperação de diversos países e ONGs passam a ser realizados.

No segundo capítulo realiza-se a contextualização histórico-geográfica da área de estudo. Abordando a ocupação tradicional do povo Guarani com foco na colonização do território indígena ocorrida a partir de 1930 com incentivo do governo. Analisa-se ainda sobre a invisibilização dos índios construída por parte do poder público e da mídia regional, que busca negar a existência do povo Avá-Guarani no oeste do Paraná e assim negar-lhes os direitos territoriais.

Ainda neste capítulo apresenta-se o levantamento bibliográfico relativo aos trabalhos acadêmicos que abordam a Terra Indígena Oco'y, explicitado o processo de sua formação. É demonstrado nestes trabalhos, que seu caráter provisório se tornou definitivo, e que devido a isto os indígenas perderam um território em quantidade e qualidade, ficando relegados a uma área, que de acordo o Código Florestal do período de estabelecimento da Terra Indígena (Lei 4771/65) não deveria haver ocupação humana. Assim, evidencia-se a necessidade de um projeto de gestão que os auxilie a lidar com os poucos recursos, produzir alimentos e renda conciliando com o modo tradicional de ser Guarani.

Diante disso, discute-se sobre a relação entre o povo Guarani e a conservação ambiental, deitando-se o debate sobre a relação ética que este povo mantém com o ambiente, percebendo a preservação ambiental como característica cultural e elemento chave para um projeto de desenvolvimento sustentável. Nesta etapa desenvolve-se a discussão tendo como base os conceitos filosóficos de moral e ética e a influência destes no desenvolvimento sustentável.

A escolha da terra indígena do Oco'y justifica-se por ser a primeira terra indígena demarcada na margem do Rio Paraná, a qual possui seu processo de consolidação documentado, bem como por ser a única terra indígena Avá-Guarani selecionada para participar do Projeto GATI.

No terceiro capítulo, aborda-se o estudo de caso, descrevendo-se sobre a implantação do Projeto GATI na Terra Indígena do Oco'y entre os anos 2012-2014. Nesta etapa foram feitas duas visitas a campo, quando foram entrevistados três indígenas que participaram da elaboração do GATI, nas atividades práticas e de representantes da APROSMI que acompanharam a implantação das atividades. Foi

realizada uma análise das ações previstas e identificadas em campo, onde foi possível perceber que muitas das propostas não foram de fato realizadas ou não foram satisfatórias.

Por fim, cabe sublinhar que o trabalho é fruto de um aprofundamento na pesquisa sobre as condições sociais dos Avá-Guarani no oeste do Paraná por parte do autor que se iniciou em 2012 resultando em um estudo monográfico (DIAS, 2014) para o curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Como parte da experiência pessoal que influenciou no presente trabalho foi a realização de trabalho administrativo interno e externo na Coordenação Técnica Local - CTL da Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Guaíra, estado do Paraná, realizando atendimento a comunidade indígena Avá-Guarani durante os meses de julho e setembro de 2016. Aproveita-se dessa experiência para coletar dados acerca do local de estudo e da atuação da FUNAI perante as comunidades do oeste paranaense.

1 – GESTÃO TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS: TERRITÓRIOS INDÍGENAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ETNODESENVOLVIMENTO

Atualmente, das 896 mil pessoas declaradas indígenas no Censo Demográfico de 2010 (IBGE), 517 mil moram em Terras Indígenas declaradas, sendo 25.963 indivíduos na área urbana e 491.420 na rural. Isto implica que ampla maioria dos indígenas localizados em Terras Indígenas possui alguma forma de relação com a terra, acrescenta-se que há nas comunidades indígenas a necessidade de equilibrar territórios delimitados, crescimento demográfico, demandas econômicas e conservação ambiental.

Considera-se que a partir da demarcação inicia-se também o desafio de gerir as terras indígenas, assim, o movimento indígena organizado passou a buscar a criação e utilização de políticas públicas voltadas à sustentabilidade das suas comunidades. Desta forma, os indígenas podem ser considerados juntamente com outros diversos grupos de produtores rurais que demandam de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, este compreendido como as ações planejadas pelo Estado que buscam a melhoria do bem-estar social das populações rurais e da preocupação com padrões ambientais (NAVARRO, 2001).

Assim, entende-se que as discussões mais adequadas sobre desenvolvimento dos povos indígenas estão inscritas na ideia do *etnodesenvolvimento*, termo popularizado por Stevanhagen (1985), apresentando uma concepção alternativa de desenvolvimento que se utiliza das características étnicas como determinante para a formulação dos projetos de futuro dos indígenas. Tal proposição preconiza que o desenvolvimento seja formulado de maneira endógena e voltado a suprir em primeiro lugar as necessidades internas, ou seja, por e para os indígenas. Assim sendo, pressupõe a liberdade e a autonomia dos indivíduos para acessar os seus mais diversos recursos presentes no território e negociar seus interesses com o Estado (STEVANHAGEN, 1984 apud AZANHA, 2002).

Tal concepção é lida como uma nova forma de pensar o desenvolvimento, levando-se em consideração “as condições necessárias para que a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento” (VERDUM, 2006, p.73).

A autonomia é aqui entendida como a liberdade da comunidade para discutir politicamente e decidir seus projetos de futuro, para isso devem estar organizados de forma que representem ativamente seus interesses frente aos interesses externos. Dessa forma os indivíduos devem estar capacitados para planejar, liderar e desenvolver as atividades estabelecidas.

Para construir a autonomia é necessário partir da participação indígena e ao mesmo tempo a projetar para que no futuro a participação dê lugar ao protagonismo indígena, entendido “como um duplo enfoque: enquanto uma atitude de rompimento com as relações de tutela e submissão e, enquanto o exercício qualificado de um papel de destaque nas relações interculturais” (SECCHI, 2007, p. 11).

A busca pela autonomia da comunidade, e do protagonismo de indígenas cada vez mais capacitados, assumindo cada etapa de planejamento, desenvolvimento e de projetos de gestão, são elementos que indicam o fortalecimento e a legitimidade da perspectiva do *etnodesenvolvimento*. Os resultados podem ser vistos, através das ações encabeçadas por associações indígenas em parcerias com universidades, ONG's, e projetos de cooperação internacional, principalmente na Amazônia. Tais parcerias resultaram na construção de projetos de gestão ambiental e territorial (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE, 2007; CARDOSO; PINHEIRO, 2012); diagnóstico socioambiental (INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL, 2015), consistindo de ações de levantamento de recursos e demandas da aldeia utilizando metodologias de mapeamento participativo e capacitações de indígenas para a utilização de ferramentas como GPS e programas de sensoriamento remoto; ações de intercâmbio entre comunidades indígenas (REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA, 2013) e a realizações de cursos de formação de agricultores agroflorestores (ANTONIO; SANT'ANA; MELO, 2016). Todas essas ações estão inscritas na perspectiva de *etnodesenvolvimento*.

Por outro lado, há de se observar que não se ignora a existência de críticas a esta proposição, como as elaboradas por Verdum (2006) e Barreto-Filho (2006) que consideram o *etnodesenvolvimento* como uma reforma ou modernização das formas de dominação/sujeição do Estado e instituições perante os indígenas. Uma vez que, como demonstra Verdum (2006), há diversas assimetrias interétnicas que foram ignoradas na proposição da ideia de *etnodesenvolvimento*.

Entre as imposições estranhas a lógica indígena está a necessidade de adequação aos requisitos para acessar as políticas e projetos de desenvolvimento, a alteração da organização social indígena com a imposição de determinadas formas de organização como a associativa, o estabelecimento de lideranças que intermediam os interesses indígenas com os propositores, a inserção nos circuitos econômicos de mercado, a definição de bens e serviços adequados, entre outros. Em outras palavras, diversas instituições se colocam como parceiras desde que cumprido com os objetivos propostos pelas entidades externas aos povos indígenas. (VERDUM, 2006; BARRETO-FILHO, 2006).

Entende-se que há um conflito assimétrico de dois modelos diferentes, o que implicará em uma disputa política que se manifesta nas reivindicações de direitos diferenciados frente uma sociedade homogeneizadora e concentradora de recursos. Como afirma Ferraz (apud AZANHA, 2002, p. 31): “E o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas”.

Assim, concorda-se com Almeida e Macedo (2012), que compreendem que a “transformação cultural” é um processo inerente de etnias em contato e que pode trazer fatores positivos e/ou negativos, e também com Azanha (2002), que acredita na “força adaptativa” e da “reação autocentrada” das sociedades indígenas.

Entende-se que as afirmações acima, são evidenciadas de longa data, seja na ideia de “inconstância da alma selvagem”, como no título da obra de Eduardo Viveiros de Castro, ou na adaptação e indiferença de sistemas e práticas religiosas fora da cosmologia Guarani, como demonstradas por Curt Nimuendajú (1987) e principalmente na constatação que o povo Guarani possuem mais de 500 anos de contato e enfaticamente se afirmam como uma sociedade diferenciada. Assim, acredita-se na capacidade de resiliência deste povo para absorver técnicas e tecnologias externas e adaptá-las para seu contexto.

Dessa forma é possível compreender o *etnodesenvolvimento* como uma estratégia indígena para legitimar sua própria forma de desenvolvimento frente às inevitáveis imposições externas. Portanto, há a necessidade de munir os indígenas para fazer valer seus direitos frente aos interesses externos. Capacitando-os e permitindo que eles possam tomar totalmente as rédeas do desenvolvimento de sua comunidade.

Sendo assim,

Nesses termos, o “etnodesenvolvimento”, quando referido às sociedades indígenas brasileiras, envolveria os seguintes indicadores: a) aumento populacional, com segurança alimentar plenamente atingida; b) aumento do nível de escolaridade, na “língua” ou no português, dos jovens aldeados; c) procura pelos bens dos “brancos” plenamente satisfeita por meio de recursos próprios gerados internamente de forma não predatória, com relativa independência das determinações externas do mercado na captação de recursos financeiros; e d) pleno domínio das relações com o Estado e agências de governo, a ponto de a sociedade indígena definir essas relações, impondo o modo como deverão ser estabelecidas (AZANHA, 2002, p. 32; grifo do original)

A adoção da ideia de etnodesenvolvimento se dá em função da necessidade de trazer uma perspectiva de melhor qualidade de vida para os indígenas sem comprometer os projetos de futuro próprios de cada comunidade. Assim, considera-se que há a necessidade de refletir uma forma de gestão territorial determinada com base nas características culturais e na soberania indígena no seu território.

1.1 TERRITÓRIO E GESTÃO TERRITORIAL DAS TERRAS INDÍGENAS

O território é um conceito que pode ser definido como uma parcela do espaço apropriada, nos quais indivíduos, grupos ou instituições exercem o poder (RAFFESTIN, 1993), em outras palavras, o território é uma parcela do espaço *produzida* por uma rede de relações sociais, culturais, econômicas e políticas (CANDIOTTO, 2004). É historicamente produzido e reproduzido. Segundo Saquet (2015, p.45), “O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social [e] os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas”.

O território é comumente abordado a partir das dimensões simbólica e material, em que na primeira é *produzido* através de relações de apropriação de símbolos existentes no território, como elementos naturais, elementos construídos pelo homem, entre outros; na dimensão material, o território é *produzido* através de relações de domínio dos recursos, em ações que envolvem principalmente o poder do Estado (HAESBAERT, 2006).

A título de ilustração, cabe esclarecer que o Estado domina os recursos naturais de um território e delimita suas fronteiras. Por outro lado, as populações tradicionais apropriam-se de um espaço, onde dependem de seus recursos para

sobrevivência e, assim, transformam-no em território, dotando esta parcela do espaço de símbolos, atrelando aquele recorte à sua identidade. E muitas vezes esses interesses, essas diferentes relações de poder sobre o território entram em conflito.

Como foi dito, é no território que se desenrolam as tramas políticas, culturais, econômicas, entre outras. E essas tramas, por sua vez, destroem, rearranjam e geram novos territórios. Em vista disso, compreende-se que o território é categoria relevante para planejamentos de gestão e desenvolvimento, pois a nosso ver, é na escala territorial que podem ser identificados os atores e processos que o modificam.

Diante dessas características o território se torna adequado para pensar ações com base em conhecimentos diversificados e para a compreensão das relações de poder que articulam ou competem em um espaço delimitado, principalmente aliado ao recorte para terras indígenas, que se constituem em territórios onde perpassam relações de poder, que são culturais, políticas, organizacional e institucional, muitas vezes diversas, porém, visando à conservação da biodiversidade e dos aspectos culturais ali presentes.

Também, como afirma Guimarães, no início do século XXI a abordagem territorial foi considerada uma inovação para as políticas públicas. Segundo o autor:

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento [...] Mas a abordagem territorial não significa apenas uma escala dos processos de desenvolvimento a ser considerada, ela implica também um determinado método para favorecê-los. Nela, o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável. Este é o principal legado da política pública de desenvolvimento territorial, a capacidade desenvolvida no coletivo de pensar, compreender e agir coordenadamente (GUIMARÃES, M. 2014, p. 123).

A nosso ver a abordagem territorial possibilita a superação da ideia de intervenção, isto é, da ação de seres exteriores que levam produtos de qualidade superior e que não podem ser criadas pela realidade local (LONG, 2007). Neste sentido, a abordagem territorial pressupõe o reconhecimento do Estado de que há a possibilidade de desenvolver determinado território a partir das potencialidades

endógenas e da capacidade dos atores locais de serem protagonistas do desenvolvimento de seu território.

Nesse sentido, Saquet e Sposito (2008) afirmam que as iniciativas voltadas para o desenvolvimento territorial devem considerar os seguintes aspectos:

- A articulação de classes e a constituição de redes e tramas locais e extra locais, que significam relações de poder, efetivadas em cada lugar e entre os lugares, em virtude de suas desigualdades, diferenças e especificidades.
- O caráter (i)material, conciliando-se os fatores e elementos culturais, políticos, econômicos e naturais, em unidade.
- A produção de mercadorias (ou excedentes), a recuperação e a preservação da natureza exterior ao homem.
- A valorização das pequenas e médias iniciativas produtivas.
- A valorização dos saberes locais e das identidades.
- A consideração do processo histórico e do patrimônio de cada lugar.
- A produção ecológica de alimentos.
- A organização política local, com vistas à conquista de autonomia.
- A diminuição das injustiças e das desigualdades sociais, dentre outros (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 28).

Sendo assim, adotar a abordagem territorial como categoria de planejamento de políticas públicas é reconhecer que há um espaço delimitado onde determinado grupo manifesta poder, detém recursos que estão no centro de disputas e onde grupos buscam realizar suas vidas. Esta diferente leitura da realidade por parte do Estado, desperta o território como um recorte potencial para o desenvolvimento e igualmente para a necessidade de novos métodos que levem em conta os diversos componentes territoriais existentes, sejam eles econômicos, culturais, políticos ou ambientais.

Além do poder do Estado que reconhece os direitos indígenas sobre o território, os índios têm legitimado mais do que sua apropriação (que independe do Estado e é reconhecida nas legislações indigenistas), o seu domínio do território, podendo restringir o acesso às terras, organizar-se de forma tradicional e utilizar os recursos naturais presentes no território conforme suas necessidades, como propósito principal a sustentabilidade da comunidade e não exigências de mercado. Bem como estes povos podem acessar políticas públicas diferenciadas ou comuns a toda população, o que torna os territórios indígenas um ambiente diferenciado para a realização de propostas de desenvolvimento sustentável.

Com vista ao contexto de formação dos territórios indígenas e da necessidade de sustentabilidade das suas comunidades, entende-se que estes

povos passaram e ainda passam por dois momentos distintos na sua auto-organização em frente ao Estado:

a) Primeiramente, constitui-se a garantia dos direitos originários conquistada com muita luta política e sedimentada na Constituição Federal de 1988 e, por conseguinte a segurança territorial através da demarcação de seus territórios que materializa um processo jurídico que delimita as fronteiras de uma terra indígena e conseqüentemente marca as possibilidades do usufruto por parte da população sobre os recursos disponíveis em seu território. Cabe citar que embora houvesse um prazo de 05 anos para a demarcação das terras indígenas brasileiras, até hoje esse processo não foi completado.

b) O segundo momento se constitui em como enfrentar os mais diversos desafios desse novo território, como o espaço que se torna cada vez mais insuficiente diante de uma população que tende a crescer, ou a demarcação de um território insuficiente, bem como o esgotamento de recursos naturais, o avanço de atividades agropecuárias que impactam direta e indiretamente nos territórios, grandes obras de infraestrutura em seus territórios, avanço da área urbana, a invasão por parte de caçadores, extrativistas ilegais, narcotraficantes, entre outros diversos problemas de cada território indígena.

A organização dos povos indígenas, a partir da década de 1970, deu-se com o objetivo de romper a visão assimilacionista do Estado que se postava como tutor dos povos indígenas, ignorando sua autodeterminação e os considerando como um grupo em processo de integração à sociedade nacional. Para Viveiros de Castro (2006) a visão da política indigenista vigente no período era de gerenciar um processo que seria inexorável, pois se acreditava que os índios *ainda* eram índios, um dia deixariam de ser e o Estado deveria assegurar que isto ocorresse da forma menos brutal possível. Tal política fez com que os indígenas iniciassem um processo de articulação para fazer reconhecer seus direitos. É a partir desse momento que surgem as primeiras associações indígenas e diversas lideranças políticas ganham destaque a nível nacional.

Como assevera Guimarães (2014, p. 165) é uma mudança de paradigma na relação do Estado com os povos indígenas, marcada pela mudança dos verbos “tutelar” e “integrar” dispostos no Estatuto do Índio de 1973 para o verbo “reconhecer”.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os povos indígenas brasileiros conquistam um estatuto diferenciado e permanente que garante o direito originário aos seus territórios tradicionais, reconhecendo que o território indígena é anterior a formação do Estado. Assim fica estabelecido que as terras indígenas devam ser reconhecidas e demarcadas pela União e a esta cabe a responsabilidade pela manutenção e conservação de seus bens.

Ainda na década de 1980, no bojo da discussão sobre o desenvolvimento sustentável, se fortalece os debates sobre a possibilidade de convivência entre populações tradicionais e indígenas juntamente com Unidades de Conservação, aproximando o movimento conservacionista com os interesses destas populações (BERTHO, 2005).

Embora a União possua responsabilidade no cuidado das terras indígenas, o reconhecimento dos direitos de serem diferentes perante a sociedade nacional e donos de seus territórios imputou, necessariamente, a preocupação em gerir este território. Como expõe Souza Filho (2013), o texto constitucional impõe que deve haver uma ocupação feita de forma tradicional para uma terra ser reconhecida como indígena o que por sua vez remete a função social da terra indígena, a qual possui por finalidade a garantia de vida e proteção do povo que a habita.

Garcia (2014 p. 50) destaca que o fim do monopólio de ação governamental e o avanço das demarcações “[...] levou à percepção da necessidade das organizações indígenas adquirirem novas competências e habilidades para gerir as terras indígenas reconhecidas”. Diante do novo território os indígenas passam a lidar com novas variáveis: Como lidar com uma população que tende a crescer em um espaço finito e com recursos limitados; O que fazer quando a terra demarcada é insuficiente? Como proteger a integridade e os recursos naturais da terra indígena? Como dar conta dos novos desejos de consumo e proteger as tradições indígenas? (INGLEZ DE SOUZA, 2012, p. 32).

A partir da década de 1990, impulsionados pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, movimentos sociais e ambientalistas reivindicam a criação de meios de proteção às florestas e os povos que as habitam (GUIMARÃES, 2014). Dessa forma o atributo conservacionista das terras indígenas foi se consolidando (BAVARESCO e MENEZES, 2014). Desde então começou a surgir diversos programas e fontes de financiamento, tanto governamentais, não governamentais e de cooperação

internacional voltado para projetos indígenas (INGLEZ DE SOUZA e ALMEIDA, 2012).

Destarte muitas comunidades participaram de diversos projetos tanto na idealização quanto na execução, como no Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) realizado na década de 90 com boa parte do recurso advindo de cooperação internacional e que contou com a participação indígena nas deliberações e ações. O PPTAL tinha por objetivo a demarcação e proteção das terras indígenas localizadas na Amazônia Legal brasileira (BAVARESCO e MENEZES, 2014; GUIMARÃES, 2014)

Smith e Guimarães (2010, p. 05) afirmam que, no final de 1990, o fator ambiental passa a ser considerado no processo de identificação de terras indígenas e aliado à demanda das organizações indígenas por melhores formas de gestão, “medidas de proteção e conservação ambiental começaram a ser vistas pelos indígenas e seus parceiros como oportunidade de conseguir apoio para a realização de atividades sustentáveis numa perspectiva mais ampla de gestão dos territórios”.

Para Little (2006), existem duas agendas políticas que atuam e demandam instrumentos técnicos para a gestão de terras indígenas, que seriam “[...] a agenda de direitos étnicos e territoriais dos povos indígenas e a agenda ambientalista da sustentabilidade” (LITTLE, 2006, p.16). Para conciliar estes objetivos é utilizada a noção de “Gestão Territorial das Terras Indígenas”, a qual não possui uma definição rígida, mas se configura num mote (INGLEZ DE SOUZA e ALMEIDA, 2013, p. 39) ou uma “lona de proteção” sob a qual diversos assuntos são debatidos em prol da sustentabilidade das terras indígenas (GTZ, 2009, p. 19).

Em vista da variedade de conceitos sobre esse tema, mas que muitas vezes sugerem significados semelhantes – apesar de nomeadas de forma diferente – Little (2006, p.20) buscou sistematizar informações acerca do que se entende por “Gestão Territorial das Terras Indígenas”, resultando na identificação de cinco conceitos chaves que compõem o campo de atuação da “Gestão Territorial em Terras Indígenas, são eles: (i) ordenamento territorial, (ii) ordenamento ambiental, (iii) gestão territorial, (iv) gestão ambiental e (v) *etnozoneamento*. Por sua vez, cada um desses conceitos constitui-se de ações políticas, técnicas e diferentes metodologias realizadas por agentes diversos.

Nesse sentido, Little (2006, p.21) compreende que a noção de “Gestão Territorial das Terras Indígenas” serve como conceito síntese combinando a

dimensão política do controle territorial das terras com a dimensão ambiental das ações que visam sustentabilidade e também engloba atividades de ordenamento territorial e de gestão ambiental como parte fundamental da sua implementação.

Através da utilização da “Gestão Territorial das Terras Indígenas” delimita-se um campo de atuação e se estabelece um norte de atuação, e assim, tem-se um conjunto de conceitos e técnicas que podem ser direcionadas ao atendimento das demandas das duas agendas políticas supracitadas.

A gestão territorial opera no campo político, e assim é realizada segundo os interesses sociais, econômicos e políticos do grupo social presente no território, contendo certa preocupação com o manejo ambiental (LITTLE, 2006, p.20). Dessa forma, a atuação dos envolvidos na gestão territorial terá objetivos definidos a partir da organização política local que podem contemplar a produção econômica para comércio ou consumo comunitário, recuperação e manutenção do ambiente, segurança alimentar, entre outros segmentos.

A aplicação da “Gestão Territorial das Terras Indígenas” se dá em função da importância que a terra e o território apresentam para os povos indígenas, tendo significado fundamental para a reprodução social e cultural, por ser mais ampla e abranger o tema ambiental e por atender o interesse de diferentes atores e instituições que convergem diferentes objetivos em um só (GTZ, 2009).

Percebe-se que as atividades tradicionais de gestão e conservação ambiental, além de fazer parte das tradições foram estrategicamente absorvidas pelos indígenas como forma de atrair recursos e parceiros para a realização de seus projetos.

Ressalta-se que para os povos indígenas a gestão territorial e conservação ambiental são elementos essenciais, constata-se isso devido ao apelo a projetos sustentáveis e pela adoção por algumas sociedades indígenas do termo “Planos de Vida” o qual segundo Smith e Guimarães (2010, p. 09) “parece refletir de forma mais legítima e real o tipo de gestão que os índios almejam em seus territórios”.

Entre 1999 e 2004, também foram realizados os Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI) voltados à qualidade de vida e conservação de recursos naturais de povos indígenas na Amazônia. Embora tenha demorado um pouco para as organizações indígenas se adequarem, mais de 270 projetos foram

enviados e mais de 70 aprovados³ (BAVARESCO e MENEZES, 2014; GUIMARÃES, 2014). Outros programas como Carteira Indígena e o GEF Indígena, que veio a se tornar o Projeto GATI, sempre mais amplos e complexos mostraram o amadurecimento do diálogo entre Estado, povos indígenas e redes de financiamento.

Tais iniciativas apontaram para a necessidade de uma ação maior e mais integrada por parte do governo federal, voltada a formulação de uma política pública estabelecendo o compromisso do Estado com o desenvolvimento sustentável dos territórios indígenas.

Fruto da demanda indígena por uma política pública que contemplasse conservação ambiental e proteção territorial em 2008 formou-se o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) inicialmente constituído por três membros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), três da Fundação Nacional do Índio e seis representantes indígenas indicados pelos membros indígenas da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI). O grupo foi oficialmente instituído pela Portaria Interministerial nº 276 de 12 de setembro de 2008 e publicada no Diário Oficial da União, posteriormente, em dezembro de 2009 foi substituído pela Portaria Interministerial 434 (BAVARESCO e MENEZES, 2014).

A Portaria Interministerial 434, de 9 de dezembro de 2009 definiu a participação de membros do Instituto Chico Mendes e como convidados permanentes, membros do Ministério da Defesa, do Serviço Florestal Brasileiro. Fizeram a contrapartida indígena, os membros da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Articulação dos Povos Indígenas da região Sul (ARPIN-Sul), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (ARPINPAN), Articulação do Mato Grosso e Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE) (BAVARESCO e MENEZES, 2014).

No total de representantes titulares se constituíram de nove não indígenas e seis indígenas. A primeira ação do grupo foi a construção do “Documento de apoio

³ PDPI: um caso especial. Disponível em: < <http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/o-estado/pdpi:-um-caso-especia>>. Acesso em: set.2016

para as Consultas Regionais”, contendo as diretrizes e os objetivos da PNGATI e uma agenda de trabalho para que os povos indígenas fossem consultados. E em segundo momento foram organizadas cinco consultas regionais, as quais foram ouvidos os povos indígenas e suas organizações indígenas regionais com o objetivo de adequar o Documento tendo por base especificidades locais, demandas e reivindicações.

Nesses eventos participaram cerca de 1.250 representantes indígenas de 186 povos de diferentes locais do Brasil. Por fim foram realizadas mais quatro reuniões interministeriais, com participação indígena, para dar os ajustes finais. O texto ainda foi revisado pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e enviado à Presidência quando foi decretado a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, através do Decreto 7.747 em 5 de junho de 2012 (OLIVEIRA, 2011; BAVARESCO e MENEZES, 2014).

O decreto da PNGATI marca o início do compromisso entre Estado e povos indígenas para a gestão das suas terras com base na sustentabilidade cultural, social, ambiental, econômica e política, ou o que parece ter sido uma tentativa de construir uma sustentabilidade territorial. Assim, os povos indígenas conquistam uma política que pode ser utilizada como base para os projetos atuais e futuros de gestão territorial indígena, servindo como direcionamento e meio de articulação entre diferentes escalas de gestão, tanto pública, associativa, de cooperação internacional e de organização social interna.

Com o advento desta política os gestores têm um material básico de apoio para pensar, debater, compreender e gerir as terras indígenas, isso permite que a gestão do território não dependa somente de projetos com início e fim marcados, cujos objetivos são muitas vezes definidos pelos financiadores, e sim que todos os envolvidos possam se basear em uma política pública desenvolvida com participação indígena. Assim, cabe aos gestores adaptar às necessidades de cada território que será trabalhado.

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: OS AVÁ GUARANI DO OESTE DO PARANÁ E A TERRA INDÍGENA OCO'Y

Atualmente os índios da etnia Guarani habitam predominantemente, uma área que abrange os estados brasileiros do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, existindo ainda algumas comunidades em menor número nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pará (SALLES, et al. 2015; OLIVEIRA, 2009). A ocupação tradicional Guarani estende-se ainda para a Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia (AZEVEDO et al, 2008). Segundo Silva (2007, p.47) “As aldeias Guarani, espalham-se por uma extensão de mais de 1 milhão de km² na porção mais urbanizada e densamente povoada da América do Sul”.

Em território brasileiro a população indígena Guarani se subdivide em três subgrupos concentrados em diferentes estados, são eles os Ñandeva, Chiripá ou Avá-Guarani que ocupam as margens do médio Rio Paraná, os Mbya que se localizam mais a leste do estado do Paraná, bem como nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o subgrupo Kaiowa, que se concentra principalmente no sul do Mato Grosso do Sul (AZEVEDO et al., 2008; SILVA, 2007, CARVALHO, 2013). A Figura 01 ilustra parte da distribuição Guarani pelo litoral e Sul e do Cone Sul da América Latina.

TERRITÓRIO GUARANI

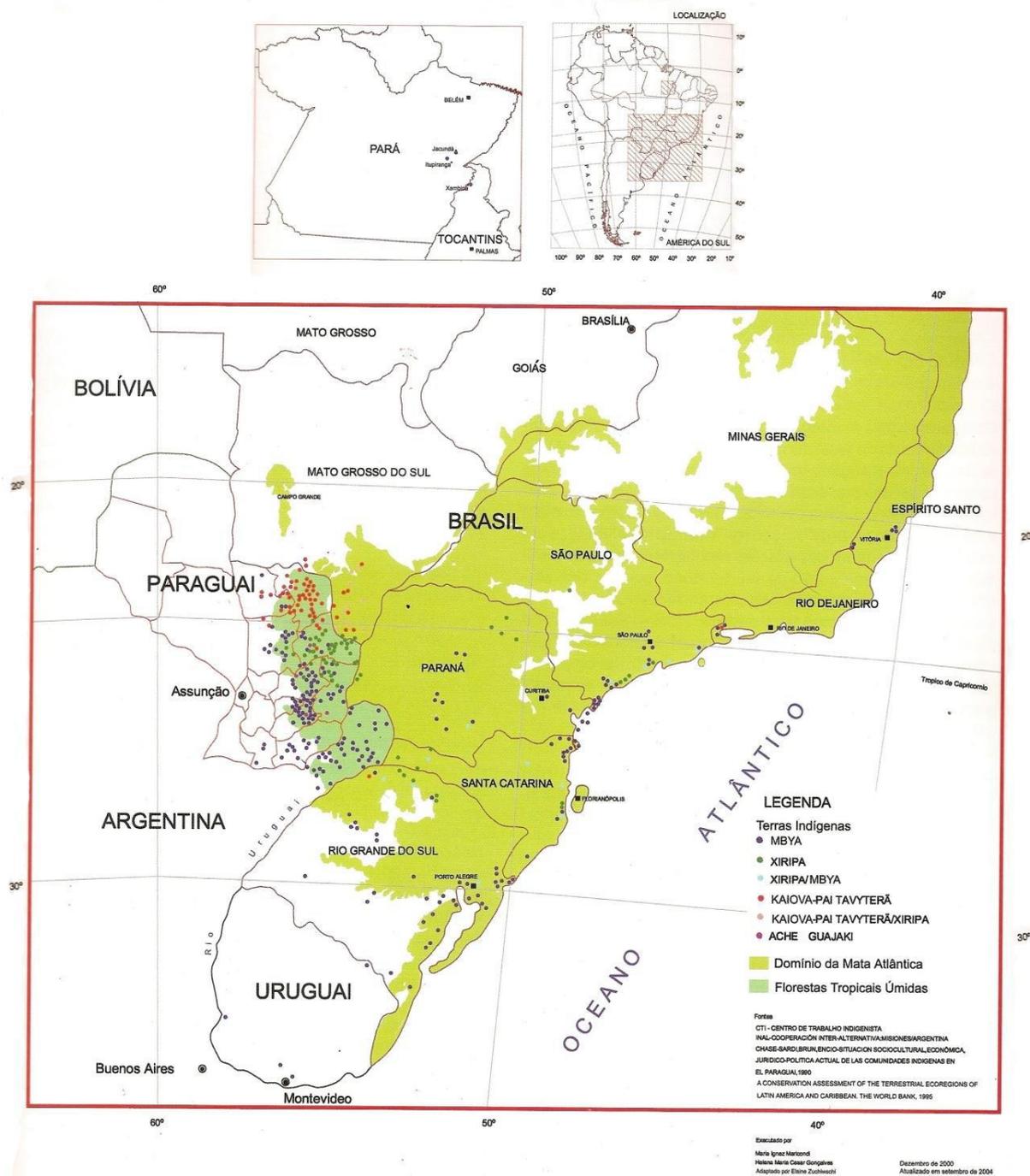


Figura 01 – Distribuição do povo Guarani.
Fonte: OLIVEIRA, 2009, p. 42.

A região Oeste do Estado do Paraná foi ocupada por diferentes grupos Guarani⁴. Para Borges (2011) a ocupação Guarani, em especial na Tríplice Fronteira possui evidências muito anteriores que a ocupação europeia, remontando a 80 d.C. Segundo Ribeiro (2006) a extensão entre os municípios de Foz de Iguaçu e Guaíra, às margens do Rio Paraná é considerada pelos Avá-Guarani como seu território tradicional.

Os Guarani ocupantes das margens do Rio Paraná passaram por processos de expropriação e esbulho em diferentes períodos históricos. As duas primeiras grandes transformações na organização social e espacial dos indígenas foram com as missões jesuíticas no século XVI, as quais em certos períodos abrigavam milhares de indígenas em redutos de ensino catequético, seguido pelas bandeiradas paulistas (1610-1628) que foram responsáveis pelo desmantelamento das missões e rapto de um grande número de indígenas para utilização de sua força de trabalho em São Paulo (BORGES, 2011).

Após esse período o contato entre os Guarani e não indígenas tornou-se menos intenso, calmaria que durou até a eclosão da Guerra do Paraguai (1865-1870) que dispersou aldeamentos e promoveu deslocamentos forçados (BORGES, 2011). No século XIX houve a instalação de “Obrages” (1881) (Figura 02), empreendimentos de exploração de erva mate e madeira que se iniciaram em terras argentinas e paraguaias e se estenderam para a margem oeste do rio Paraná (COLODEL, 1988). Os empregadores utilizavam de mão de obra indígena uma vez que estes eram exímios conhecedores do trabalho na mata e no manejo dos ervais (WACHOWICZ, 1987, p.47). Ressalta-se que o trabalho ocorria em um regime muito próximo ao escravo, pois eram cerceadas liberdades e criado mecanismos de prender o trabalhador ao seu patrão (RIBEIRO, 2006, GREGORY; SCHALLENBERGER, 2008).

⁴ Foi adotada a não flexão de número, permanecendo o nome da etnia no singular, de acordo com o proposto pela Convenção para a grafia dos nomes tribais. *Revista de antropologia*, São Paulo: USP, ano 2, número 2, 1954.

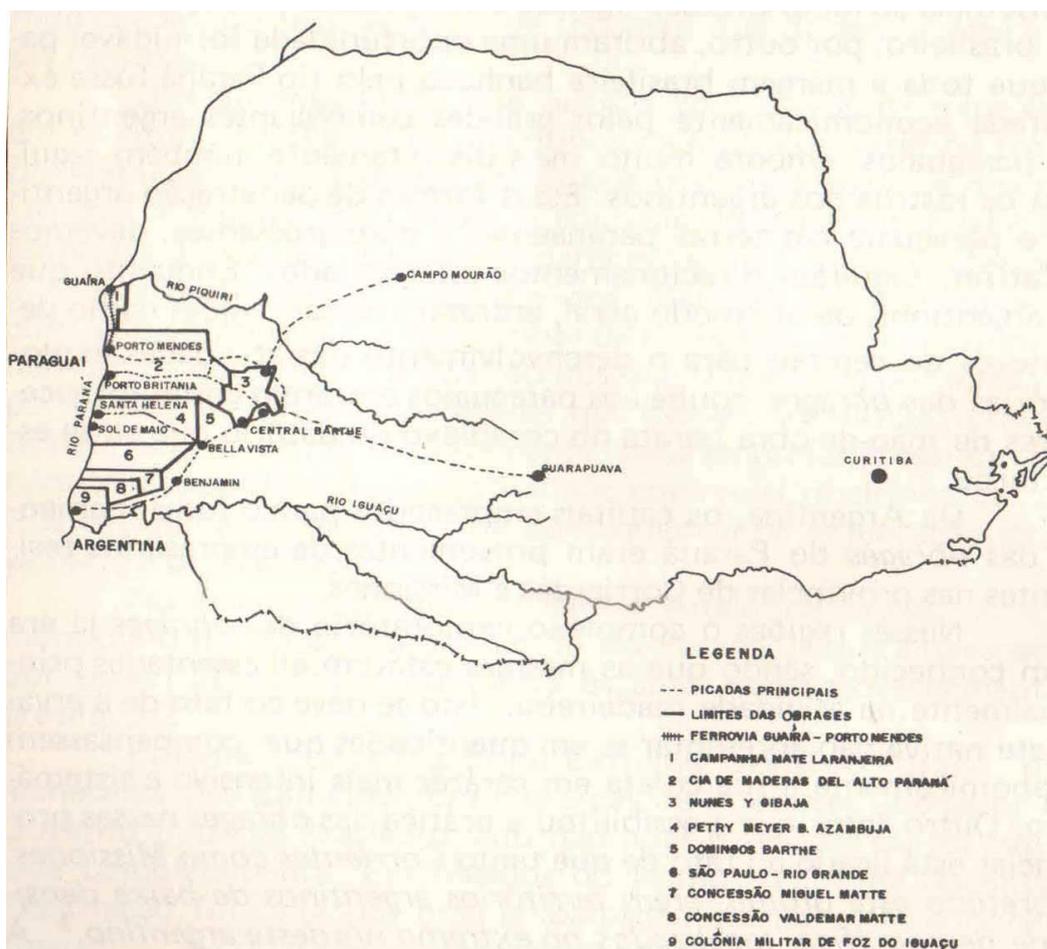


Figura 02 – Obras do Oeste do Paraná sobrepondo o território Avá-Guarani.
Fonte: COLODEL, 1988, p. 56.

A partir da década de 1930, com o governo Getúlio Vargas, inicia-se a política da “Marcha para Oeste”, uma política nacionalista de colonização do Oeste do Brasil por migrantes brasileiros. No Oeste do Paraná, a recente ocupação por não-indígenas, em sua maioria gaúchos e catarinenses descendentes de europeus (notadamente de italianos, alemães e poloneses), dos territórios guarani, ocorre a partir da década de 1920 (DEPRÁ, 2007) e então é estabelecido um processo sistemático de expropriação dos territórios indígenas por colonizadoras e por trabalhadores nacionais principalmente nos decênios de 1940 e 1960 (RIBEIRO, 2006)

É importante ressaltar que o Oeste do Paraná foi região de reprodução da ideia de “vazio demográfico”, da “[...] ideologia de que os ‘territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados’. [Desta forma], retiram-se, eliminam-se propositalmente da história regional as populações indígenas” (MOTA; NOELLI, 1999, *apud*, GREGORY; SCHALLENBERGER. 2008 p. 128-129). Tal construção ideológica foi sedimentada através da produção de

bibliografias científicas, midiáticas, populares e da memória coletiva que negavam a presença indígena, ou apenas viam o oeste do Paraná como um território desocupado ou não habitado por pessoas adequadas para desenvolver o economicamente (RIBEIRO, 2005).

Entende-se que o Oeste do Paraná era considerado um território ameaçado por interesses estrangeiros e, ao mesmo tempo, propício para integração na economia nacional, entretanto, ainda era ocupado por indivíduos que não atendiam o perfil de interesse a um projeto de nação brasileira de pele clara e ideologia voltada ao capitalismo.

De acordo com Ribeiro (2006) após do uso da mão de obra nativa para efetivar a infraestrutura voltada a recepção dos pioneiros, os indígenas não teriam mais uso e deveriam ser retirados do local. Assim “A remoção se dá de forma violenta, forçando muitos núcleos familiares a buscarem refúgio nas matas ínvias ou migrarem para outras áreas guaranis no Paraguai ou Argentina (RIBEIRO, 2006, p.175)”.

Conforme o levantado por Carvalho (2013) entre os anos 1940 e 1980 havia cerca de 32 aldeias Guarani no oeste do Paraná, tendo como ponto central a região de Foz do Iguaçu. Os ocupantes destas aldeias possuíam ligações de parentesco e consideravam esse espaço como um território contínuo.

Carvalho (2013) descreve que:

Entre os anos 40 e 80 do século XX, as 32 aldeias Guarani, incluindo a aldeia do Oco'y - Jacutinga desapareceram por força dos impactos das frentes de expansão. A população indígena foi esbulhada de seu território de ocupação imemorial, sendo obrigada a migrar para outras aldeias localizadas tanto no Brasil como no Paraguai e Argentina. Esta região foi sendo paulatinamente tomada pelos “brancos”, através da formação de posses e pequenas propriedades, vilarejos, cidades, propriedades maiores e por projetos governamentais. Isto se deu, apesar da existência de legislação na época, que poderia defender os direitos indígenas sobre a posse dos territórios que ocupavam (CARVALHO, 2013, p. 348).

Como demonstrado por Carvalho (2013) e o Centro de Trabalho Indigenista - CTI (PACKER, 2013) tanto o Serviço de Proteção ao Índio na década de 1940 quanto o seu órgão sucessor a FUNAI na década de 1970 e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) serviram de instrumentos para a desorganização territorial dos indígenas, pois os removiam para terras indígenas no Paraná e no Mato Grosso do Sul.

Em 1975, iniciou-se a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional que por sua vez alagou 835 km² das margens do rio Paraná, deixando submersos diversos registros arqueológicos Guarani, da história do oeste do Paraná e também as aldeias indígenas. Levantamentos arqueológicos realizados pelo Projeto Arqueológico de Itaipu de 1975 a 1983 sob a liderança de Igor Chmyz, coletaram uma série de informações e registros materiais da ancestralidade da ocupação Guarani nas margens que seriam alagadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (CHMYZ, 1987).

Entretanto como demonstra Deprá (2007) através da mídia regional acentuou-se a ideia de que os índios eram lembranças de um passado remoto. A autora assevera que as reivindicações dos indígenas sobre o alagamento de suas terras quase não foram noticiadas e muitas vezes quando os jornais o faziam era deixado implícito a ideia do moderno versus o antiquado, onde se era enaltecido o empreendimento faraônico ao mesmo tempo em que se colocavam os indígenas como um problema, um entrave ao desenvolvimento nacional.

Ainda sobre a construção de discursos e estabelecimento de senso comum, Carvalho (2013) em breve análise, aponta duas vertentes de pensamento local e regional, exposta no trecho a seguir:

Assim escrevíamos em nosso Laudo Antropológico (2003) sobre o assunto: Apesar da tímida – e não neutra – divulgação da existência hoje de povos indígenas na região do Oeste paranaense, eles estão ali. Com relação a este fato, o “*establishment*” local tenta por todo modo negar a presença dos mesmos, fundamentalmente através de duas vertentes de pensamento:

- a primeira, como realidade pertencente à apenas a um passado longínquo, na maioria das vezes não caracterizando a delimitação de seus territórios, apresentando os Guarani como simples coadjuvantes da história “branca”, oficial, negando enfim, a presença Guarani aqui e agora em pleno século XXI;
- a segunda, quando esses mesmos produtores de informação são obrigados a se deparar com a presença indígena real, atualmente e aqui nesta região do Oeste paranaense, reagem de modo a desenvolver um discurso caracterizado pelo preconceito, que pouco baseado na realidade dos fatos, afirmam que são os Guarani “índios aculturados”. (CARVALHO, 2013, p.251)

O mesmo discurso ainda se ouve forte na região, principalmente após o aumento recente (após 2007) do número de ocupações na região Oeste do Paraná. Veículos midiáticos, políticos e diversos setores negam a existência do povo Guarani no oeste do Paraná, acusando-os de falsos índios e paraguaios (PACKER, 2013, DIAS, 2014, MASUZAKI, 2015)

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu diversas outras aldeias foram alagadas sem aviso prévio por parte da Itaipu. Conforme o apresentado no relatório “Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídios para a Comissão Nacional da Verdade” (PACKER, 2013):

Os Guarani que viviam nos municípios acima de Foz do Iguaçu (sobretudo Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra e Terra Roxa), não foram sequer avisados sobre a realização do empreendimento e sobre as consequências que a hidroelétrica teria para eles. Ao contrário, a notícia parece ter chegado a eles por meio de boatos e dos colonos, e quando da boca de funcionários da Itaipu, sob a forma de ameaças e de injunções para que deixassem suas terras imediatamente. Além disso, como indicam os Guarani, funcionários da Itaipu estavam amparados por força repressiva militar no momento em que iam “avisar” os índios dos riscos que corriam. Como se vê, Itaipu não realizou nenhum procedimento quanto a essas famílias Guarani; ao invés disso, perpetuou a prática do esbulho e as violências contra os índios que era costume na região (PACKER, 2013, p. 81).

A Itaipu reproduziu a prática de negar a identidade indígena para contestar seus direitos, ou seja, ao negar a existência de indígenas na área de impacto da Usina, não seriam necessários esforços operativos e financeiros para a proteção especial a qual os indígenas eram assegurados pela legislação. Sendo assim, a empresa procurou através de laudos antropológicos desqualificar a presença indígena e até mesmo a existência dos Avá-Guarani no período (CONRADI, 2009). Ou seja, a empresa buscava legitimar quem era ou não índio brasileiro, prática que se figurou no período militar com a intenção de retirar da tutela do Estado os índios que não apresentassem estigmas de indianidade, isto é, determinadas características necessárias para o reconhecimento especial de cidadania por parte do Estado (VIVEIROS DE CASTRO, 2006).

Conradi (2007) complementa:

Durante o processo de desapropriação, as estratégias foram desde a negação, por parte do Estado, que estes indivíduos fossem indígenas e detentores de direitos, até mesmo uma rápida negociação com algumas famílias, ignorando assim qualquer estatuto, e direitos existentes sobre este assunto, fazendo alianças com outros agentes de governo que representassem também seus interesses, como a Funai e o Incra. Diversas outras formas de pressões foram sendo criadas, e elaboradas conforme a problemática se desenvolvia. (CONRADI, 2007, p.55).

Ao final do processo a Itaipu reconheceu a existência de 13 famílias compostas de 71 pessoas e em acordo com a FUNAI reservaram 251 hectares de

terra sobreposta a Área de Preservação Permanente (APP) do Lago de Itaipu, criando assim a Terra Indígena do Oco'y, abrigando principalmente os indígenas que viviam nos 1500 hectares nas aldeias que se localizavam entre os rios Paraná, Oco'y e o córrego Jacutinga.

Neste processo de expropriação os indígenas circularam pelo Paraguai, Argentina e outros estados brasileiros, como pode ser visto na Figura 03, sempre na área compreendida como território tradicional. É interessante ressaltar que a mobilidade guarani, principalmente entre países, não é bem assimilada pela sociedade não índia. E como afirma Ribeiro (2006) tal característica cultural acabou se tornando conveniente para a imposição de uma lógica de ocupação territorial capitalista, uma vez que os agentes do Estado desqualificam outras formas de organização territorial que são por eles consideradas ociosas.

Parte dos indígenas que se dispersaram acabaram por retornar a Terra Indígena do Oco'y, contribuindo com o aumento no número de indivíduos assentados em um ínfimo território. Diante disso, durante o período de 1982 a 1995 os indígenas iniciaram reivindicações perante a FUNAI e Itaipu solicitando mais terras. Então em 1995 ocuparam outra APP do Lago de Itaipu e após dois anos a Itaipu adquiriu uma área de 1774 hectares no município de Diamante d'Oeste chamada de Tekoha Anhetete/Añetete (CARVALHO, 2013).

Por fim, em 2007, é criado o Tekoha Itamarã em Diamante d'Oeste, fruto da dissidência de membros do Oco'y motivados pela falta de terras. Dessa forma passam a existir três terras indígenas regularizadas na região lindeira, Tekoha Oco'y (1982) em São Miguel do Iguçu, Tekoha Añetete (2004) e Tekoha Itamarã (2007) em Diamante do Oeste.

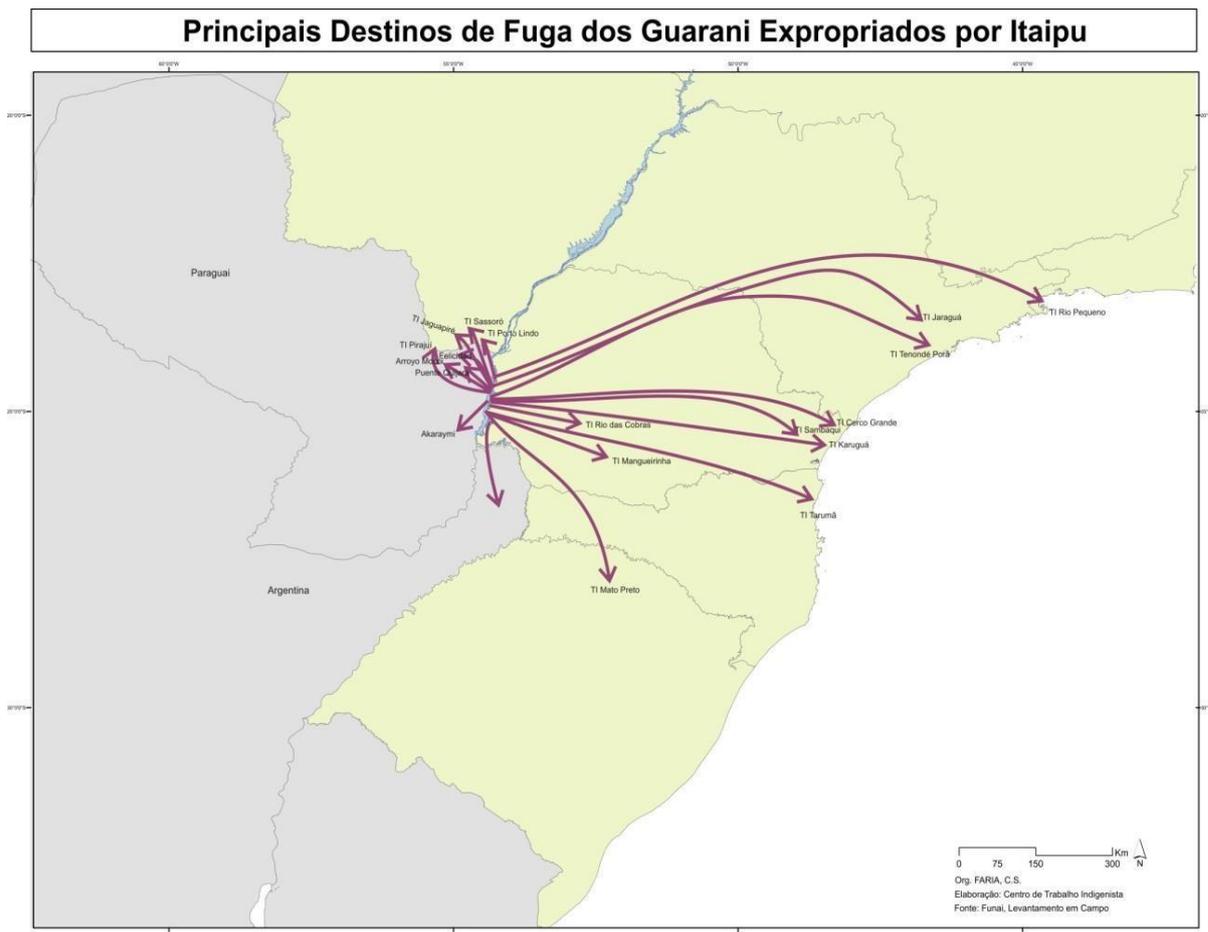


Figura 03 – Principais destinos de fuga dos Guarani expropriados por Itaipu.
 Fonte: FÁRIA, 2013, p. 13.

As terras demarcadas abrigaram uma parcela da população Avá-Guarani da região. Muitos dos índios expulsos no processo de colonização e formação do Lago passam a retornar para as áreas das quais foram retirados ou as que seus familiares pertenciam. Segundo Faria (2013), a intensificação das relações de parentesco e os conflitos nas terras indígenas do Mato Grosso do Sul, fizeram com que os indígenas retornassem inicialmente para as aldeias que resistiram aos processos de expropriação e em seguida, formando novas aldeias em lugares tradicionais, como no caso da Tekohá Nhemboete, formada no local onde existiam as ruínas da *Ciudad Real Del Guairá* no município de Terra Roxa (ANDRADE, 2014).

Atualmente, os indígenas se localizam em 18 aldeias às margens do rio Paraná. Os aldeamentos em sua grande maioria não são demarcados, geralmente encontrando-se em refúgios ambientais como Áreas de Preservação Permanente de propriedades particulares ou públicas.

A realidade indígena entre as comunidades situadas em áreas demarcadas e não demarcadas é, evidentemente, desigual, pois os que vivem em áreas regularizadas apresentam melhor qualidade de vida do que os das aldeias não regularizadas. Tal conclusão pode ser feita, pois é possível conferir *in loco* que grande parte dos indígenas das aldeias não regularizadas no oeste do Paraná tem acesso precário ou nenhum acesso à água, energia elétrica, saneamento básico e lidam com constante discriminação por parte da sociedade envolvente.

Tal situação começou buscou ser amenizada após a intervenção do Ministério Público Federal que no mês de junho de 2013 determinou o fornecimento de água potável a algumas comunidades⁵ e instaurou diversos processos administrativos, investigatórios e inquéritos policiais⁶.

Ademais, tal percepção de disparidade é demonstrada pelos indígenas da Tekohá Y Hovy do município de Guaíra que em carta aberta demonstram suas preocupações, principalmente com o número de suicídios e denunciam os diferentes tipos de violência contra os povos indígenas naquele município. Segue um trecho da carta:

Nós lideranças Guaranis do Oeste do Paraná, em específico Guaíra e Terra Roxa, viemos através deste manifestar em Público a nossa preocupação em relação as “mortes por suicídio” que vem acontecendo nas nossas Tekohas. [...] Nesse período de campanha que acirrou o racismo e o preconceito contra nosso povo Guarani, nosso povo ficou acuado sem liberdade de sair para cidade e os jovens de ir pra escola, e funcionários indígenas foram demitidos de todos campos de trabalho, onde já sabemos que a maioria da mão de obra era indígena, com isso jovens sem perspectivas de ter uma formação escolar e profissional levou jovens a cometer suicídio, por ver como somos tratados pela sociedade e pelo Estado brasileiro, desde sempre nos foram negados nossos direitos sobre as Terras Tradicionais, direito a políticas públicas de saúde e educação, e também o direito a existência, já que os políticos sempre negaram nossa existência dizendo que somos estrangeiros ou Paraguaio travestidos de índios. Como podemos observar, o índice de suicídios por parte dos jovens é enorme ainda mais em meio à essa gritante situação de conflito Territorial na qual vivemos, em situação de acampamento, sem água potável, luz, e sem saúde e educação de qualidade. Vivemos acampados e ameaçados diariamente pela

⁵GUAÍRA, Justiça manda Estado garantir água para indígenas. Disponível em: <<http://www.portalguaira.com/guaira-justica-manda-estado-garantir-agua-a-indigenas/>>. Acesso em: set. 2016.

⁶MPF/GUAÍRA verifica as péssimas condições de vida de indígenas na região de Guaíra e Terra Roxa. Disponível em: <<http://www.prpr.mpf.mp.br/news/mpf-guaira-verifica-as-pessimas-condicoes-de-vida-de-indigenas-na-regiao-de-guaira-e-terra-roxa>>. Acesso em: set. 2016.

organização dos ruralistas de vários municípios da região. E como vemos também o Estado Brasileiro se mantém omisso diante da situação sub-humana a qual vivemos todos os dias com nossos filhos, pais e avós, e não é difícil saber que isso vem acontecendo em nossos acampamentos, pois não temos essa situação preocupante nas aldeias que já são reservas indígenas, por exemplo Ocoy em São Miguel do Iguazu e as Aldeias de Diamante D'oeste. (CARTA DOS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI DA TEKOHÁ Y HOVY EM GUAÍRA/PR. 2015)

As maiorias dos casos de suicídios são de jovens menores que 20 anos. São jovens que, muitas vezes, não conseguem concluir os estudos, sofrem preconceitos para conseguir um lugar no mercado de trabalho e encontram-se imersos em uma sociedade que estigmatiza o indígena como um indivíduo que não trabalha, porém, ao mesmo tempo, não oferece oportunidades de empregos. Como aponta Masuzaki (2015), houve determinações de empresários para que não se contratasse mão de obra indígena.

A questão do suicídio praticado pelos Guarani não é tema recente, mas vem se tornando mais evidente nos últimos anos. Cabe destacar, aqui, o relatório “Progresso pode matar” (2015), que demonstra que o povo Guarani Kaiowa possui a maior taxa de suicídio do mundo, que o autor relaciona com a falta de terra e exclusão social. Como pode ser observada na fala coletada pelo relatório: “There’s no future, there’s no respect, there are no jobs and there’s no land where we can plant and live. They choose to die because they are already dead inside (SURVIVAL. 2015)”⁷.

Para Foti (2004), os problemas que atingem os Guarani, como alcoolismo, problemas amorosos, crises políticas e territoriais são os mesmos que atingem muitos outros povos. No entanto, há o que ele identifica como *jejuvy*: um sentimento de aperto na garganta que precede o suicídio e que leva os indígenas – em sua imensa maioria, jovens menores de 20 anos – a buscar o suicídio, através de enforcamento ou envenenamento, meios que atacam diretamente a garganta. Este é um ato interpretado como um mal à espreita e que, cada vez que acontece, é internalizado pela comunidade.

⁷ Tradução Livre: Não há futuro, não há respeito, não há emprego, não há terra onde possamos plantar e viver. Eles escolhem morrer porque eles já estão mortos por dentro.

Para o autor, o suicídio se tornou tanto ato simbólico do desgosto e do mal-estar coletivo quanto de resistência às pressões externas. Para combatê-lo, é preciso focar na prevenção e na promoção do bem-estar coletivo. Nas comunidades demarcadas a presença do Estado é maior, pois as comunidades passam a ser reconhecidas pelo mesmo e as políticas públicas passam a chegar naquelas comunidades. Tem-se que qualquer ação de longa duração necessita da demarcação para serem realizadas. Com a terra regularizada os indígenas podem acessar programas disponibilizados a todos os cidadãos como Programa Nacional de Habitação Rural, uma modalidade do Minha Casa Minha Vida, voltado à infraestrutura e que não é possível de ser implementado em situações de litígio. Igualmente e dentro de nosso tema, a demarcação é requisito para acessar a PNGATI.

A terra regularizada possibilita a atuação de ONGs e entre outros parceiros que podem realizar diversos trabalhos nas comunidades regularizadas. Outro ganho positivo é que em geral nas terras demarcadas o conflito com a sociedade envolvente se ameniza, ficando a população não-indígena mais amistosa a comunidade indígena.

As terras indígenas demarcadas no oeste do Paraná se encontram melhor estruturadas na questão educacional. Há atualmente o Colégio Estadual Kuaa Mbo'e pertencente à Tekohá Añetete, Escola Estadual Araju Porã pertencente à Tekohá Itamarã e a Escola Estadual Teko Nemoingo de uso da comunidade do Tekohá Oco'y. Além destas há apenas a Escola Estadual Mbyja Porã no município de Guaíra, a qual, em função de infraestrutura, abriga apenas os indígenas da comunidade em que está situada e que cursam apenas da 1º a 5º série do ensino fundamental.

As três comunidades demarcadas contam também com a Itaipu Binacional que presta assistência técnica e integra essas comunidades no projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas, que contribui em áreas como produção de alimentos, reutilização de materiais, capacitação, comércio entre outros. O projeto foi premiado no Ranking Benchmarking 2013 (ITAIPU, 2016) e integra o conteúdo de marketing da Itaipu referente ao programa Cultivando Água Boa, como pode ser visto nas figuras, 04, 05 e 06 a seguir.

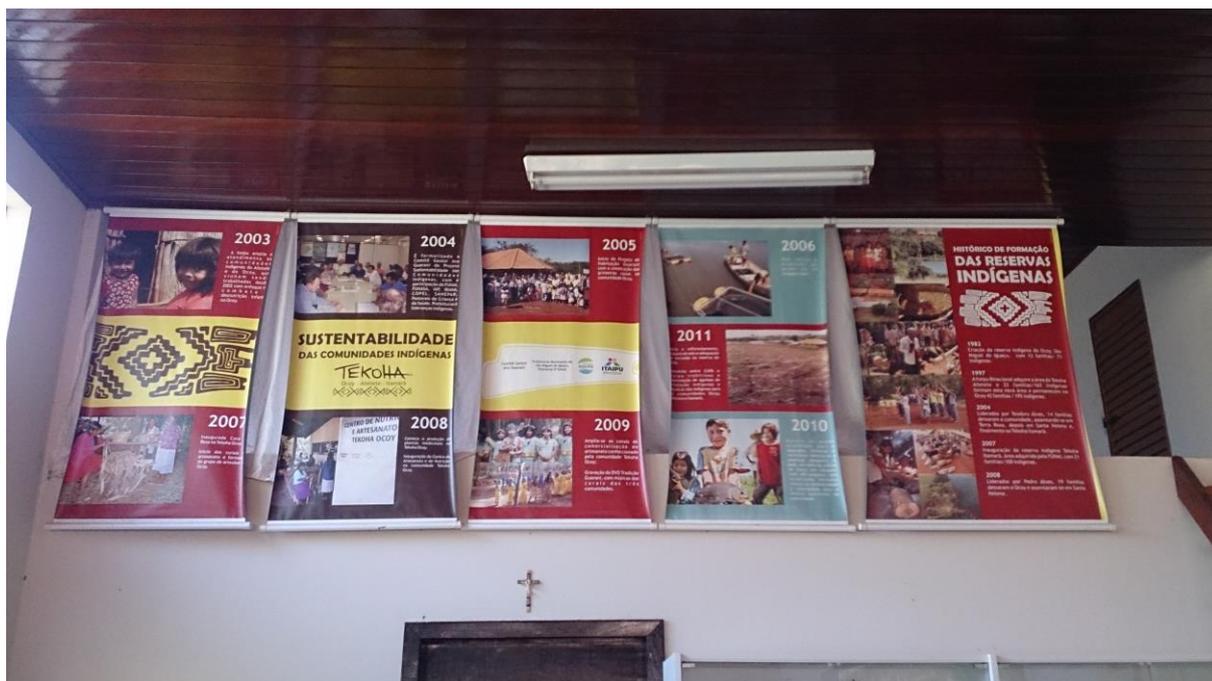


Figura 04 - Banners dos trabalhos realizados pela Itaipu na TI Oco'y expostos no centro de artesanato e nutrição do Oco'y.

Fonte: DIAS, R. A. 2015.



Figura 05 – Banner da premiação no centro de artesanato e nutrição da TI Oco'y.

Fonte: DIAS, R. A. 2015.

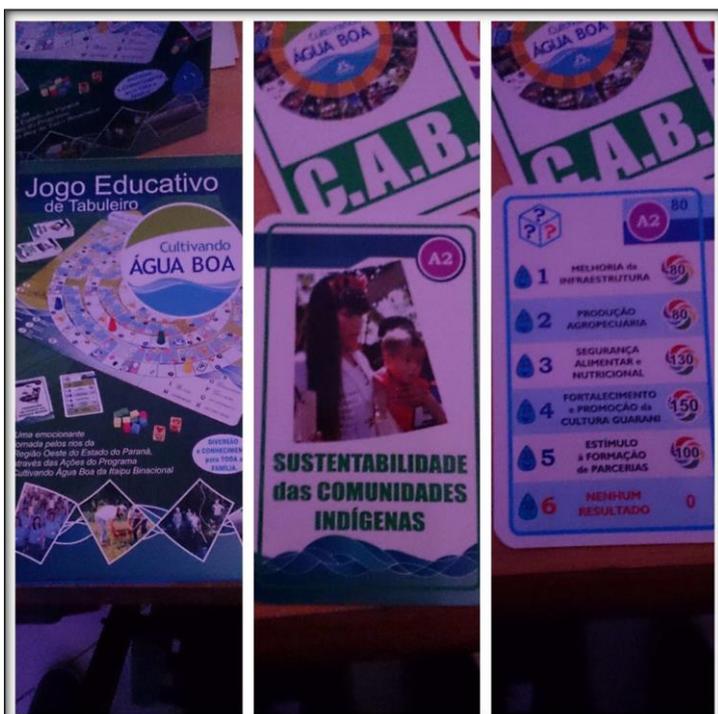


Figura 06 – Jogo de tabuleiro e cartas expostos no evento 13º Encontro CAB - Celebrando o Prêmio ONU-Água.

Fonte: DIAS, R. A. 2016.

2.1 TERRA INDÍGENA OCO'Y

A Terra Indígena Avá-Guarani do Oco'y foi objeto de diversos estudos acadêmicos recentes que abrangeram várias áreas do conhecimento. Alguns desses estudos serviram como base para a caracterização de nossa área de estudo, outros cabem como fonte de informação para compreender as dinâmicas e complexidades da área estudada.

Primeiramente, cabe destaque a ampla produção sobre os Guarani no Oeste paranaense produzida pela historiadora Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro (2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009), para citar algumas. Nestas obras abordam-se colonização do Oeste do Paraná, as transformações e resistências identitárias geradas do contato entre indígenas e colonizadores, bem como o papel do Estado nesse contexto. Ainda sobre a relação do Estado e os povos Guarani, pode-se citar a produção de Carla Cristina Nacke Conradi (2003, 2005, 2007) e Silvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke (2003).

Os trabalhos de Adriana Cristina Repelevicz de Albernaz (2007, 2008a, 2008b, 2009) são referências para compreender a comunidade do Oco'y do ponto de

vista antropológico, abordando mitos, percepções míticas, organização social e relações imateriais, entretanto este não foi um viés aprofundado neste trabalho.

Publicação ímpar foi realizada por Deprá (2007) que analisou as publicações midiáticas regionais sobre os Avá-Guarani no Oeste do Paraná, evidenciando a visão estereotipada produzida sobre os indígenas.

As informações acerca da situação fundiária da Terra Indígena do Oco'y foram, em sua maioria, coletadas na tese de Maria Lúcia Brant de Carvalho (2013) a qual realizou uma vasta pesquisa documental bem como participou como antropóloga da FUNAI de diversos processos sobre a situação do Oco'y.

Como citado anteriormente a terra indígena objeto deste estudo é a Terra Indígena Avá-Guarani do Oco'y (grafada na bibliografia de diferentes formas: TI Oco'y, Ocoy, Ocoí) localizada no município de São Miguel do Iguazu às margens do Rio Paraná. Esta constituiu-se de 231,8870 hectares demarcados pela FUNAI, somados a 177,56 hectares 'cedidos' pelo INCRA e mais 73,59 hectares adquiridos pela Itaipu o que resultou em 251,15 hectares (CARVALHO, 2013) disponibilizados no ano de 1982 como compensação pelo alagamento do território indígena de Oco'y - Jacutinga que se localizava entre o rio Paraná, o rio Oco'y e o córrego Jacutinga.

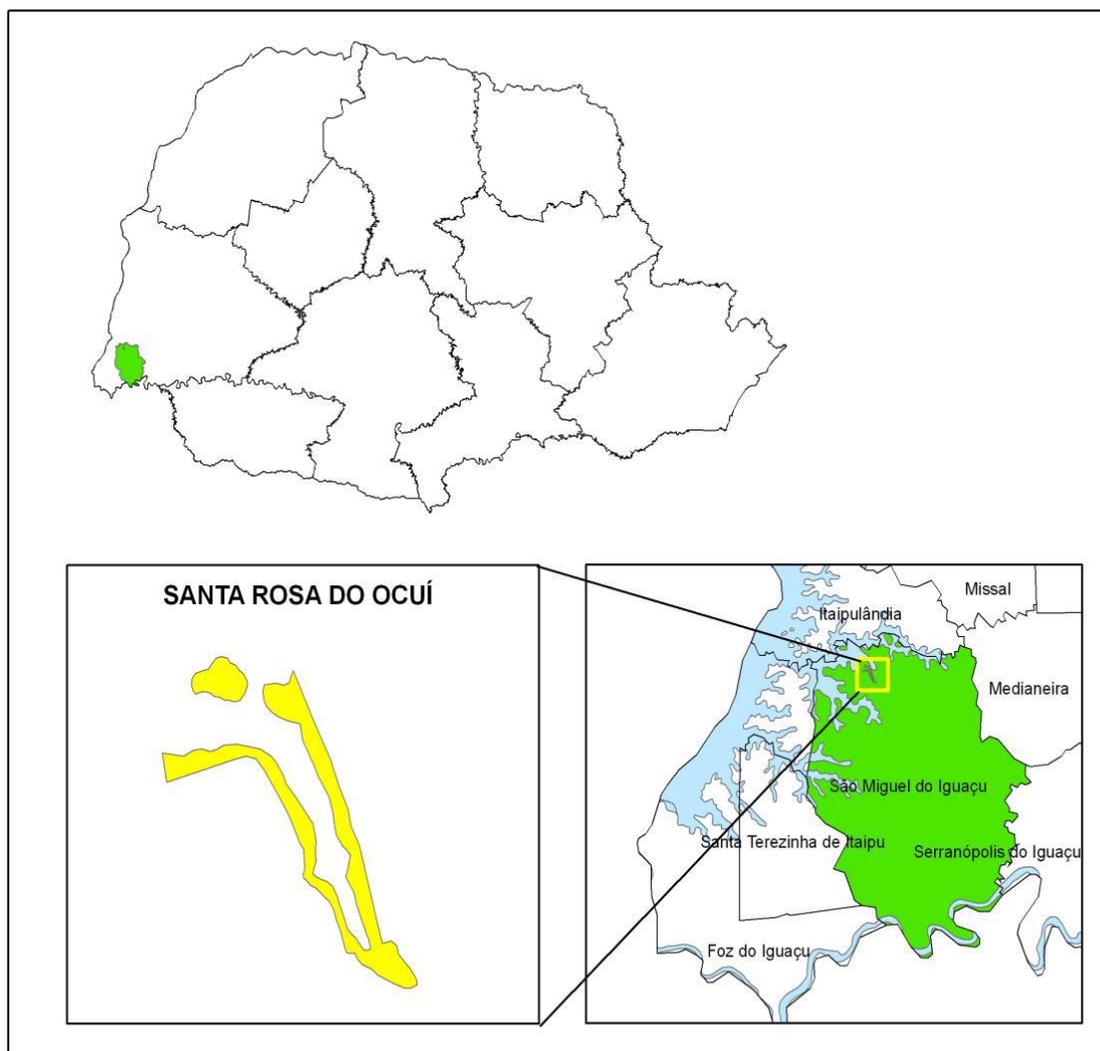


Figura 07 – Localização da Terra Indígena Oco'y.
 Fonte: ALBERNAZ, 2009, p. 36.

Segundo Almeida (1995, apud CONRADI, 2009) até a década de 1970 o grupo Avá-Guarani ocupava terras entre os rios Jacutinga, Oco'y, Bela Vista, Guaviró e Passo Cue. Com o contato com os colonizadores na década de 1970, os indígenas retiraram-se para a área entre os rios Oco'y e Jacutinga, ficando conhecidos por Guarani do Oco'y que moravam no Tekohá Jacutinga (também chamado de Tekohá Oco'y-Jacutinga). Carvalho (2013) esclarece que os indígenas formaram o Tekohá Oco'y-Jacutinga em função de serem esbulhados pelo INCRA para o assentamento de moradores que seriam afetados pela construção da UH Itaipu. Com o deslocamento forçado, os Avá-Guarani ficaram acurralados entre a formação do Lago de Itapu a Oeste e o assentamento dos colonos a leste, conformação territorial que permanece até hoje.

De acordo com os relatos e registros coletados por Albernaz (2009) o Tekohá Jacutinga estaria situada no município de Foz de Iguaçu e corresponderia a cerca de 1500 hectares. O Oco'y-Jacutiga era ocupado por 70 famílias, o grande número seria em função de o Tekohá ter se tornado refúgio de famílias que buscavam abrigo, pois estes também tiveram seus territórios invadidos em outras duas frentes de expansão que se desenrolaram no Paraná (CARVALHO, 2013, p 364). Diante disso entende-se que o Tekohá Oco'y-Jacutinga seria uma área extensa com um grande número populacional, a qual não corresponderia aos 251,15 hectares demarcados para a TI Oco'y, fazendo com que o problema da indisponibilidade de terras para seus moradores viesse a existir intrínseco a criação deste território.

Carvalho (2013) aponta que embora o valor de 251,15 hectares apareça em diversos relatórios da FUNAI, na medição realizada por este órgão em 1982 a TI apresentou uma redução de 19,27 hectares, totalizando uma área de 231,8870 hectares, isto, pois a formação da barragem alagou terras que estavam destinadas aos indígenas.

Como demonstra Conradi (2007) os Avá-Guarani resistiram a esta proposta até o último momento, enviando cartas a Itaipu, declarando sua insatisfação e a exigência de uma terra de 1500 hectares e com a mesma qualidade que o seu território que seria alagado.

Segundo Deprá (2007) diante da pressão da Usina e da falta de alternativas os indígenas passam a se dirigir ao lugar reservado a eles, constituindo uma ação que Conradi (2007) compreende ser uma estratégia de sobrevivência e de manutenção cultural. Assim, concordam Conradi (2007) e Albernaz (2008) que a TI Oco'y nasce também sob caráter provisório, prometendo ainda muita luta por parte dos indígenas para conquistar novas terras. Pouco tempo antes da formação do Lago, em outubro de 1982, os indígenas se dirigiram para área atual.

A TI Avá-Guarani do Oco'y possui um formato em "V" o qual cada braço possui em torno 238 metros de largura. O respectivo território corresponde à margem do antigo córrego Santa Clara que com a construção da barragem se tornou um braço do Lago. Assim, constata-se que a TI Oco'y está sobreposta a APP do Lago de Itaipu, esta área de proteção por sua vez possui 100 metros na TI e em média de 210 metros em todo o restante do Lago (CARVALHO, 2013, p.129)

Segundo Carvalho (2013), a margem brasileira do Lago deve ter APP 210 metros e, em toda ela, não é permitido que viva nenhuma população; a exceção é somente no trecho que condiz com a TI Oco'y, pois ali a APP tem 100 metros e, também, vivem os indígenas. De qualquer forma, Carvalho (2013) ressalta que tal extensão ainda não corresponderia ao previsto pelo Código Florestal vigente durante o período de demarcação.

Todavia, o Código Florestal (12.651/12), indica a necessidade do licenciamento ambiental para determinar a Área de Preservação Permanente, porém a Itaipu nunca realizou nenhum tipo de licenciamento ambiental para a sua instalação que possa servir de base (CARVALHO, 2013).

Como os indígenas foram assentados neste local, acabou por se configurar também como Terra Indígena, garantindo, por meio do Artigo 231, §2 da Constituição Federal, “o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Ou seja, até então havia uma sobreposição de dois limites jurídicos: o primeiro que considerava o local como um território com o intuito específico de conservação ambiental, impedindo a utilização dos recursos naturais por parte dos indígenas, e um segundo que garante a presença de uma população indígena e o uso de todos os recursos naturais ali existentes.

A sobreposição da TI sobre a APP gerou conflitos jurídicos⁸ pois diante da indisponibilidade de terras os indígenas passaram a utilizar a APP para o estabelecimento de roças, o que acabou gerando um impasse com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) que defendia uma legislação rígida de proteção ambiental frente à legislação indígena que garante o usufruto dos recursos naturais em terras indígenas. Tal impasse parece ter sido amenizado com a aprovação do novo Código Florestal, pois atualmente é possível criar alternativas de utilizar os recursos conciliando as duas determinações jurídicas.

A nova legislação contribui, de certa forma, para colocar panos quentes no problema, pois prevê através do Art. 9 o acesso à APP para atividades de baixo impacto ambiental, o que permite, com algumas ressalvas, a construção de

⁸ Conforme Carvalho (2013): Subcapítulo 3.5. 1: “finalidade da APP do “lago”19: refúgio biológico de espécies da biodiversidade necessárias à subsistência dos Avá-Guarani ou mata ciliar de proteção das margens do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu” e Capítulo 06: O Instituto Ambiental do Paraná/IAP pretendeu proibir os Guarani de plantar na própria Terra Indígena Avá-Guarani do Ocoy.

moradias, cercas, atividades de manejo florestal, coleta de produtos madeireiros, produção de mudas e plantio de espécies nativas, entre outras atividades. Dessa forma, abafa o conflito entre as leis ambientais e indígenas de um modo em que se beneficiaram os indígenas, que podem procurar meios de elaborarem atividades de baixo impacto ambiental, e, devido aos interesses em realizar práticas sustentáveis na Terra Indígena, podem contribuir com a conservação da mata ciliar

Além das águas do reservatório a TI faz divisa com a “Gleba dos Colonos”, propriedades particulares criadas para assentar produtores rurais que moravam na área que hoje é o Parque Nacional de Iguazu. Não há divisórias, cercas ou marcos que separem a TI das propriedades. A estrada que atravessa todo o comprimento da TI e poderia ser utilizada de limite está inserida somente dentro da área da TI. Sem uma precisão dos limites os vizinhos por diversas vezes invadem o território indígena com suas plantações. E por ser uma área em declive de uma microbacia a comunidade indígena fica sujeita a todos os dejetos e produtos químicos utilizado nas lavouras vizinhas (CARVALHO, 2013).

Contribui para a redução do seu território a inevitável ocupação com infraestrutura, o que impossibilita o manejo agrícola itinerante tradicionalmente realizado pelos indígenas. Graças à área reduzida, é necessário que se cultivem as roças continuamente nos mesmos locais, contribuindo para o desgaste do solo e, conseqüentemente, gerando baixa produtividade das culturas agrícolas (CARVALHO, 2013, p.174).

Adriana Albernaz (2007) afirma:

A situação é grave porque o tamanho da área de Oco'y que está disponibilizada para a agricultura impede que as pessoas que vivem ali se sustentem e se organizarem de acordo com suas formas tradicionais. Portanto, devido ao pequeno tamanho da área, os Ava-Guarani se deparam com a impossibilidade de plantarem em uma quantidade de terra suficiente para a produção agrícola, como também de terem um terreno com mata grande o suficiente para abrigar uma flora e fauna que propicie animais, remédios, madeira (para o fogo e para as construções tradicionais) e alimentos. (ALBERNAZ, 2007, p. 151)

Devido ao reduzido território, a área florestada foi ocupada e, assim, os poucos recursos de flora foram se extinguindo, o que impacta na coleta de remédios, alimentos e matéria prima para artesanatos, pequena fonte de renda de algumas famílias, e, com a presença indígena, nenhuma caça permaneceu (CARVALHO, 2013).

Com o objetivo de aferir de forma mais precisa a disponibilidade de terras úteis à comunidade e compreender a problemática fundiária, Carvalho (2013) realizou a medição da área da TI descontando a APP da Itaipu, as moradias indígenas, e a área invadida pelos colonos o que resultou na disponibilidade de 86,88 hectares. Também foram contabilizados outros espaços como a escola, casas de reza, campinho, entre outros locais que juntos somaram aproximadamente 9,3 hectares, sendo assim a área de uso livre seria de 77,58 hectares.

Devido à mobilidade característica do povo Guarani, o número de habitantes é sempre impreciso, pois estes migram constantemente. De acordo com o censo vacinal de 2016, informado em visita a Unidade de Saúde (Figura 08), pela enfermeira Lilian Maria de Rodrigues da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) o número de indivíduos na comunidade seria de 643. Este número é aproximadamente o mesmo utilizado nos cálculos realizados por Carvalho (2013) nos anos de 2001, 2004 e 2007 quando a TI apresentava uma disponibilidade em torno de 01 hectare por família.



Figura 08 – Unidade de Saúde da Aldeia Oco'y.
Fonte: DIAS, R. A. 2015.

Carvalho (2013) constata que embora o problema da TI Oco'y seja fundamentalmente agrário ele vem sendo distorcido pelas instituições envolvidas no caso:

Ao invés de se focar a questão no irrisório espaço fundiário destinado aos índios Avá-Guarani [...], ao contrário, a questão populacional

passou a se tornar o “problema”, a ser equacionado pelas mesmas instituições que destinaram essa área de terras aos indígenas. Dessa forma, os Avá-Guarani passaram a ser culpabilizados pelo seu natural crescimento demográfico. Como veremos as instituições referidas, veem ao longo do tempo, imprimindo através da mídia local e nacional, a ideia que a causa de todos os problemas no Oco’y é “a suposta imigração Guarani proveniente do Paraguai para o Brasil” (CARVALHO, 2013, p.148, grifos da autora).

Este discurso pode ser observado na página de internet dedicada a explicitar as ações nas comunidades indígenas mantida pela UHE Itaipu Binacional. A empresa cita o crescimento vegetativo e principalmente as “migrações” como motivo da falta de terras na comunidade. Observe o trecho:

As migrações fazem parte da cultura Avá-Guarani. Esses índios costumam migrar frequentemente, mas sempre retornam aos locais de origem. A base cultural se estabelece no conceito de “famílias nucleares”, unidades de produção e consumo, evoluindo para “famílias extensas”. Isso contribuiu para o retorno daquelas famílias que, durante os anos 60 e 70, haviam migrado para o Paraguai. O retorno resultou em superpopulação na reserva do Ocoy, passando de 42 para 128 famílias (cerca de 600 pessoas) numa área insuficiente para atender às necessidades do novo contingente. A aldeia do Ocoy novamente se viu diante do problema da pouca terra e muita gente (ITAIPU, 2016).

O discurso oficial da empresa apaga os esbulhos influenciados direta e indiretamente pela construção da barragem e deixa implícito que a terra disponibilizada pela empresa seria o suficiente para as famílias e que a “superlotação” ocorre em função da característica cultural indígena. De qualquer forma, Carvalho (2013) afirma que a relação população, tempo e espaço são elementos que deveriam ter sido observados pelas instituições estatais durante o processo de instalação da TI uma vez que são características comuns de qualquer aldeia da etnia.

2.2 A ÉTICA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E AMBIENTALISTA (1960-1990)

Entende-se que a chave para a mudança do paradigma atual de desenvolvimento encontra-se justamente na ética, que por sua vez é entendida como a reflexão sobre a melhor forma de convivência (FILHO e POMPEU, 2013, p.09). Reflexão esta que é realizada da esfera individual em momentos de escolha

da melhor conduta de relacionamento para com o outro ou em esferas maiores, como no meio empresarial, político e global. Em suma, a ética é a reflexão da relação de um ser com o outro.

Como afirma Nascimento (2012) para haver mudança dos padrões de consumo e estilo de vida, precisa, necessariamente, ocorrer uma mudança de valores, ou seja, passar da valorização do quantitativo para o qualitativo. É a urgência de uma mudança moral⁹ que vai desde a decisão de jogar lixo no chão a adotar tecnologias não poluentes em empreendimentos multinacionais.

Entende-se que a proposta do desenvolvimento sustentável, vai da mudança de condutas individuais, como apontam Leonardo Boff (2015) e na noção de responsabilidade individual sobre o futuro do planeta (GOIDANICH, 2014), ao campo das condutas coletivas defendida por movimentos sociais, por exemplo, representado pelo ecologismo dos pobres, a agroecologia, a etnoecologia, entre outras (ALIER, 2015).

Ainda na esteira das sugestões de condutas, o desenvolvimento sustentável é adotado nas escalas do Estados através da Organização das Nações Unidas e os tratados assinados por diversos países, resultando em leis e resoluções, como a Política Nacional do Meio Ambiente (6.938/81) no Brasil. E no âmbito empresarial de enfoque econômico com as correntes chamadas de capitalismo natural e a economia verde (BOFF, 2015) o que por sua vez influencia na postura de empresas e investimentos em novas técnicas e tecnologias de produção.

Portanto, refletir sobre desenvolvimento sustentável não é outra coisa senão pensar e agir no sentido de mudar as próprias condutas e outra forma de convivência em sociedade, com a presença de valores morais que englobam questões ambientais, econômicos e sociais.

Na construção do discurso do desenvolvimento sustentável se predominou, em grande, parte questões econômicas, em uma visão economicista e antropocêntrica focada no desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, o que resultou, em um primeiro momento, na concepção da natureza

⁹ Cabe esclarecer que a moral pode ser entendida como o resultado da reflexão, um valor dado à conduta, a qual o indivíduo respeita independente de qualquer tipo de coerção (COMTE-SPONVILLE, 2002).

como subordinada aos interesses econômicos, ou seja, uma interpretação da natureza como valor de troca e não de uso (MONTIBELLER, 1993).

Assim como, uma concepção do processo de desenvolvimento econômico em primeiro lugar para em seguida alcançar o bem-estar social. A título de exemplo cabe citar a máxima “fazer crescer o bolo para depois dividir” (VEIGA, 2010). Dessa forma, por várias décadas constituiu-se a sobreposição da dimensão econômica sobre todas as outras, assim, pode se dizer tratar-se de uma ética economicista.

O direcionamento do desenvolvimento voltado para a economia, é uma construção que se desenrola no campo da ética, como afirma Vásquez (1995), pois constituem-se no estabelecimento de valores presentes nas relações que ocorrem no processo produtivo. Tal relação ocorre sobre dois planos:

a) Na medida em que as relações econômicas influem na moral dominante numa determinada sociedade. Assim, por exemplo, o sistema econômico no qual a força do trabalho se vende como mercadoria e no qual vigora a lei da obtenção do maior lucro possível gera uma moral egoísta e individualista que satisfaz o desejo do lucro [...]

b) Na medida em que os atos econômicos — produção de bens através do trabalho e apropriação e distribuição dos mesmos — não podem deixar de apresentar uma certa conotação moral. A atividade do trabalhador, a divisão social do trabalho, as formas de propriedade dos meios de produção e a distribuição social dos produtos do trabalho humano, colocam problemas morais. A ética como ciência da moral não pode negligenciar os problemas morais apresentados, especialmente em nossos dias, pela vida econômica; (VÁSQUEZ, 1995, p. 23)

Compreende-se que a ética baseada em uma moral economicista, a qual o lucro tem valor maior, causa uma infinidade de problemas sociais e ambientais, pois submete as relações sociais e o ambiente ao valor maior presente nesta sociedade: o lucro. Tal assimetria impossibilita que o desenvolvimento seja sustentável. De forma que as relações sociais e entre homem e ambiente serão grandemente influenciadas pela busca do lucro financeiro, ao invés, por exemplo, da conservação ambiental.

A perspectiva teórica moralmente economicista passa a ser questionada, entre outros motivos, com a ascensão do discurso ambientalista a partir da década de 1970. Porém, ainda sim, a discussão de um modelo de desenvolvimento sustentável foi marcada por algumas correntes que demonstraram ainda uma falta

de harmonia entre as variadas dimensões do debate, que por sua vez contribuía com novos problemas morais.

Nesse sentido, encontramos em Alier (2015) e Diegues (2008) três correntes principais do ambientalismo que desperta novas relações éticas. A primeira a chamada de “culto ao silvestre”, corrente que vê a natureza com valor em si mesma, segundo Diegues (2008, p.32) “[...] pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem”. Nesta corrente há um imperativo da dimensão ambiental sobre todas as outras. O movimento defensor dessa corrente foi responsável pela proposta de criação de unidades de conservação, o que principalmente em países da América Latina resultou na desapropriação de diversas comunidades tradicionais as quais viviam em certo equilíbrio com as áreas que ocupava. Portanto, foi estabelecido um valor maior voltado a conservação ambiental, o que em algumas situações, excluiu populações humanas que mantinham boas relações com o ambiente em que faziam parte.

A segunda corrente é referida como o “evangelho da ecoeficiência”, esta corrente preocupa-se com os efeitos do crescimento econômico, os impactos ambientais, riscos à saúde causada por atividades industriais, urbanas e rurais, entretanto, interpreta a natureza como “recursos naturais”, “capital natural” e “serviços ambientais” para o crescimento econômico. Assim insere valor monetário sobre o ambiente e seleciona o que possui maior ou menor interesse para o sistema produtivo, excluindo os outros. Dessa forma, tem-se então a inserção da dimensão ambiental subordinada a dimensão econômica, mesmo no bojo das discussões ambientalistas (ALIER, 2015).

Por fim, a terceira corrente é do “ecologismo dos pobres” a qual busca a justiça social no período presente, percebe a natureza como fonte material de subsistência e compreende que povos tradicionais e indígenas têm evoluído juntamente com a natureza, garantindo a conservação da biodiversidade (ALIER, 2015, p. 34). Para Diegues (2008, p.40) esta é uma nova forma de conservação que surge nos movimentos sociais ligados ao direito a terra e aos recursos naturais “[...] para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental”.

A nosso ver esta terceira corrente congrega com mais harmonia as dimensões ambientais, sociais e econômicas, portanto, produz-se uma ética de reflexão mais complexa, com a adoção de valores de conservação ambiental e de

justiça socioeconômica, através, por exemplo, da “economia solidária”, de manejos produtivos que buscam conservação ambiental e distribuição de renda, e assim mais próxima de uma melhor forma de convivência do homem em sociedade e o ambiente do qual faz parte.

A discussão realizada aqui trata da conduta do homem com base em seus valores morais. Tal conduta determina sua relação com o ambiente e constitui os rumos da sociedade. Nesse sentido, é importante estar atento a discursos que apontam o indivíduo como responsável exclusivo da conservação ambiental e assim retiram ações da responsabilidade Estatal ou empresarial.

Sobre a responsabilização individual produzida por empresas, Goidanich (2014) evidencia que grandes institutos brasileiros “[...] depositam, quase que exclusivamente, na mudança de comportamentos cotidianos a possibilidade de solução para os problemas ambientais globais” (p. 13). Assim, como Goidanich (2014) também Bierwagen (2016) conclui que em determinados casos há o repasse de responsabilidade sobre problemas ambientais para os hábitos e condutas individuais na tentativa de naturalizar o consumo e proteger a ideologia neoliberal.

Como já citamos aqui, a mudança ética passa por todas as esferas não sendo exclusiva a apenas uma. Tal tentativa de responsabilizar apenas uma parcela da sociedade revela por outro lado a falta de compromisso real de grandes empresas com as mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo demonstra a contínua relação com o desenvolvimento econômico e sua ética.

Entende-se que para romper com esta alienação é necessário acrescentar a dimensão política no debate sobre desenvolvimento sustentável. Sobre isto, Nascimento (2012) afirma:

A consequência do esquecimento da dimensão da política é uma despolitização do DS, como se contradições e conflitos de interesse não existissem mais. Como se a política não fosse necessária no processo de mudanças. Como se as formas de exploração violenta não fossem mais importantes, e a equidade social fosse construída por um simples diálogo entre organizações governamentais e multilaterais, com assessoria da sociedade civil e participação ativa do empresariado (NASCIMENTO, 2012, p. 56)

Desta maneira, não se trata apenas da reflexão individual ou “conscientização do consumo” como geralmente é exposta, mas sim, da reflexão

profunda sobre a melhor convivência entre todas as dimensões que compõe a ideia de desenvolvimento e se necessário partindo para novas dimensões.

Com o objetivo de deixar claro, pode-se simplificar as correntes aqui apresentada das seguintes formas:

O pensamento no momento da reflexão da melhor convivência se dá da seguinte forma:

1. *Economicista:*

- “Qual a melhor forma de convivência em que se lucre? ”

2. *Culto ao Silvestre:*

- “Qual a melhor forma de convivência que não ameace a natureza”

3. *Ecoeficiência:*

- “Qual a melhor forma de convivência que não desperdiça recursos naturais? ”

4. *Ecologismo dos pobres*

- “Qual a melhor forma de convivência em que se garanta a subsistência e respeite os processos naturais, sendo que, se for preciso é possível alterar o modelo produtivo”.

5. *Discurso da responsabilidade individual*

- “Para mudar a forma de convivência é necessário mudar hábitos individuais”.

A reflexão do aperfeiçoamento da convivência foi algo desenvolvido ao longo de milhares de anos pelos povos tradicionais e indígenas. Refletir sobre o papel individual na comunidade, os recursos disponíveis e formas econômicas de subsistência suficientes para o presente sem impactar nas gerações futuras fez e ainda faz parte da realidade indígena, realizada através de mitos e lendas de criação, entendendo a Terra como um organismo vivo e mantendo indissociável o respeito ao ambiente como elemento sociocultural.

Esta forma de concepção e representação da terra como um sistema complexo e interdependente vem ganhando força a partir de diferentes perspectivas. Esta interpretação pode ser vista nos estudos de Ludwig Von Bertalanffy sobre a “Teoria Geral dos Sistemas” (1976) e também está presente na “Teoria de Gaia” (1986) de James Lovelock. Em 2015 o Papa Francisco expôs ideia semelhante em sua Encíclica “Sobre o cuidado com a casa comum” (2016) onde anuncia o cuidado com a terra, chamando a de mãe terra, inspirado na relação indígena latino-americana com a terra. Subjacente a essas sistematizações, tanto as mais científicas quanto nas mais religiosas ou romantizadas, está a ideia de um sistema

que precisa ser entendido em sua complexidade, e que apresenta um equilíbrio frágil e por isso ameaçador a vida humana.

2.3 A ÉTICA GUARANI COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Na cosmologia Guarani a sociedade indígena faz parte de um todo, em igualdade aos demais elementos do ambiente, pois todos são filhos de um único Deus. Os indígenas interpretam que as matas são sagradas e por isso devem manter profundo respeito com o ambiente, utilizando o necessário para sua sobrevivência sem destruí-lo (BRIGHENTI, 2005). Seguindo estes princípios os Avá-Guarani mantêm o que Albernaz (2007, p. 151) chama de ética de interação não abusiva com a natureza.

Sobre a interpretação de mundo pelos Guarani:

Na mata, as árvores produzem frutos e lenha. Ela é cheia de animais de caça, pequenos e grandes, todos de ‘bom modo de ser’, *teko porá*, posto que na terra boa bonita todos os seres, também os humanos, são originais e vivem de acordo com os ‘donos ou protetores de seu ser’, *tekojára*. Mas a mata é também perigosa. Por isso, as pessoas precisam cultivar amizade com os protetores dos animais e das plantas (CHAMORRO, 2016, p. 05):

A ética e a moral Guarani são produzidas com auxílio de mitos e lendas e prega a harmonia entre o indivíduo, o ambiente e a fauna como um respeito às divindades e a busca pela melhor forma de viver, isto caracteriza o “bom modo de ser” (*teko porã*) ou “nosso autêntico modo de ser” (*ñande teko*) Guarani (MELIÁ, 1990; 2008).

O *teko porã* está presente na filosofia de vida de diversos povos da América Latina e é representada pelas palavras “bem-viver”, “buen vivir” e “*Suma Kawsay*”¹⁰. Embora *teko porã* possa ser traduzido de forma simples como cultura é interessante notar como esta proposição ameríndia é muito próxima da ideia de *Eudaimonia* de

¹⁰ A ideia do bem viver foi adotada em 2008 pela Constituição do Equador e adotada no *Plano Nacional Para El Buen Vivir*, segundo Chamorro (2016, p.02) a adoção deste plano rompe com o Consenso de Washington (1989), consistindo “em abandonar a lógica do ‘viver melhor’ – entendido como o direito que um setor da sociedade tem de consumir cada vez mais, em detrimento da maioria – e assumir a lógica do ‘viver bem’ como direito de toda a sociedade”. Em 2009 a ideia é adotada pela Constituição da Bolívia “como um direito e como um princípio ético moral (CHAMORRO, 2016)”.

Aristóteles. A *Eudaimonia* pode ser compreendida, de forma simplificada, como a vida que vale a pena ser vivida (FILHO; POMPEU, 2013) e está intimamente ligada com a ideia de felicidade, porém vai muito além, pois é a proposta de encontrar seu lugar no cosmos e viver de acordo com o que se espera (CASTANHEIRA, 2005). Perceba que não se difere muito da ideia do indivíduo Guarani viver do modo que os Guarani vivem.

Para Acosta (2016) o bem viver é uma ideia que questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar, que por sua vez pressupõe um padrão de consumo ambientalmente inviável e socialmente injusto.

Como explica Leonardo Boff (2015):

O 'bem-viver' não é o nosso 'viver melhor' ou 'qualidade de vida' que, para se realizar, muitos têm que viver pior e ter uma má qualidade de vida. O *bem-viver* andino visa uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não apenas para o indivíduo. Pressupõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal [...] A preocupação central não é acumular. De mais a mais, a Mãe Terra nos fornece tudo que precisamos. Nosso trabalho supre o que ela não nos pode dar ou a ajudamos a produzir o suficiente e decente para todos, também para os animais e as plantas. *Bem-viver* é estar em permanente harmonia com o Todo [...] (BOFF, 2015, p.62)

Para os Guarani *teko porã* é sinônimo de *nhandereko* (nosso jeito de ser), este por sua vez é constituído pelo que Meliá (1990) chama de “economia da reciprocidade” e Soares (1996) classifica como atributo mais importante do *ethos* Guarani. A reciprocidade se manifesta pela generosidade com o outro e se mantém através das trocas de alimentos, sementes, pessoas, ideias, dentro de uma rede de parentesco (BONAMIGO, 2008). Meliá (1990) aponta que a reciprocidade é realizada no cotidiano, sempre rondada por ameaças que incitam uma busca por uma nova casa ou nova terra sem mal e tem como ponto alto o convite realizado pelos xamãs e no ritual religioso, onde se intensificam os contatos sociais e são realizadas as trocas materiais.

Em nossa abordagem da “economia da reciprocidade” pode-se interpretar como “moral guarani” ou “moral da reciprocidade”. Uma vez que se trata, de uma conduta baseada na generosidade como seu valor maior. Este princípio enraizado na sociedade Guarani a diferencia de forma profunda da sociedade não indígena. Pois, impõe como dever moral o auxílio ao outro que participa da sua comunidade, uma vez que “[...] um indivíduo terá mais prestígio se for mais generoso, não se ele

conseguir acumular bens, pois a generosidade é contrária à lógica capitalista que elege o acúmulo de bens individuais” (BONAMIGO, 2008, p. 157).

Nesse contexto é fundamental compreender o papel que o *tekoha* tem para a sociedade Guarani. Pois a idealização de um lugar com as características adequadas para se reproduzir, física e culturalmente, se materializa no *tekoha*, entendido como lugar para ser, “lugar onde vivemos segundo nossos costumes” (MELIÁ, 1990, p. 36).

Geralmente a palavra *tekoha* é utilizada de forma simplista como sinônimo de “aldeia”, porém carrega um peso muito maior de simbolismo e importância sociocultural, uma vez que é neste local que se vive o *teko*, onde se realiza o “modo de ser” o *nhandereko*, com seus hábitos e costumes específicos (MELIÁ, 2011). Dessa forma “ainda que pareça um paralogismo, temos que admitir, juntamente com os próprios dirigentes Guarani, que sem *tekoha* não há *teko*” (MELIÁ, 1986, p. 106), sem determinada materialidade não é possível se constituir como ser autêntico.

Clovis Brighenti (2005) enfatiza que:

O *tekoha*, para o Guarani, talvez seja a síntese da concepção e da relação que esse povo mantém com o meio ambiente. No plano físico poderíamos dizer que o *tekoha* é a aldeia, é o lugar onde a comunidade Guarani encontra os meios necessários para sua sobrevivência. É a conjugação dos vários espaços que se entrecruzam: o espaço da mata preservada onde praticam a caça ritual; espaço da coleta de ervas medicinais e material para confeccionar artesanatos e construir suas casas; é o local onde praticam a agricultura; é também um espaço sócio político, onde constroem suas casas de moradias, a casa cerimonial/*Opy*, o pátio das festas, das reuniões e do lazer. Não é possível conceber o *tekoha* sem a composição dos espaços, ou apenas um dos espaços; nesse caso, não poderão viver a plenitude e assim se quebra a relação que mantém com o meio, produzindo o desequilíbrio. (BRIGHENTI, 2005, p.42)

Portanto o *tekoha* necessariamente apresenta uma conformação geográfica ímpar que qualifica como território Guarani. São características climáticas, topográficas e vegetativas (MELIÁ, 1990) singulares que fornecem os elementos para a reprodução física e cultural. E devido a esta qualidade singular, estas terras são consideradas sagradas pelos Guarani.

Nesse sentido Deprá (2006) destaca:

As terras guarani são consideradas, por eles, sagradas, e são aquelas e não outras. Os recursos naturais necessários para a população indígena provêm daquelas terras e não de outras. As suas formas de jurisdição, seus costumes, suas magias, suas religiões,

suas relações com os espíritos e com os deuses apenas são visíveis e concretizáveis pela presença da comunidade naqueles lugares, com as peças daquele específico cenário. (DEPRÁ, 2006, p. 27)

A aldeia é elemento integrante da cosmologia Guarani. “É um projeto integrador, que privilegia a sustentação harmoniosa e equilibrada entre o humano, o espiritual e a natureza (BRIGHENTI, 2005, p.43)”. Dessa forma o *tekoha* tem o objetivo de ser um espaço de realização da boa vida, finalidade essencialmente diferente da não indígena.

Cabe ressaltar a interpretação que Meliá (1990) faz do mito da *Yvy Marã-e“ỹ*¹¹ (Terra sem Mal), o qual estaria associado com a migração e busca de um lugar com características ecológicas adequadas a realização do *teko*, uma vez que o mundo Guarani estaria sempre ameaçado pela destruição e desequilíbrio causado pelo “desastre ecológico”. De maneira antagônica ao seu modo de viver, entendem que a ação dos não indígenas é profana, desrespeitosa com o ambiente (BRIGHENTI, 2005, p, 41). Nesse sentido, Meliá (1990, p.40) aponta que o Guarani sempre viu o desmatamento e a caça realizada pelo colonizador como mal irreparável, esta que por sua vez “[...] se intensifica quando se transforma o conceito de usufruto em legislação de propriedade”.

Por fim, compreende-se que a cosmovisão Guarani, não compatibiliza com a acumulação privada e exploração do ambiente e por extensão a propriedade privada da terra. O seu território é, sobretudo um projeto de vida, voltado a manter os seus códigos morais, sua organização social, é um local para a reprodução física e cultural da comunidade. Portanto é com base nesses pressupostos que deve ser construído qualquer projeto de desenvolvimento.

2.3 Agricultura Guarani como instrumento do desenvolvimento sustentável

Considerando que a relação de respeito ao ambiente como elemento da reprodução cultural é intrínseco a comunidade Guarani, cabe ressaltar que a partir da década de 1990 os povos indígenas passam a ser mais valorizados perante seu papel de conservação ambiental e por outro lado os indígenas passam a incorporar

¹¹ *Yvy Marã-e“ỹ* é um mito guarani que fala de uma terra sem males, um paraíso em outro mundo que abrigaria os Guarani quando o mundo tivesse fim. Este mito serviu de mote para migração de indivíduos e comunidades Guarani (NIMUENDAJU, 1987).

o discurso ambiental e veem a adoção de medidas de proteção e conservação ambiental como estratégia para conseguir apoio para realizar ações de gestão territorial (SMITH e GUIMARÃES, 1990).

Diante deste cenário, composto pela relação ética de respeito com o ambiente e de reciprocidade com o outro, bem como com a adoção de um discurso e busca pela gestão territorial, tem-se nos povos indígenas um público com potencial de ação voltado a novos modelos de desenvolvimento, pautado em valores diferentes da sociedade não indígena. Com vista a isto, o desafio se manifesta na busca de meios que atendam às necessidades comunitárias sem necessariamente a integração ou submissão ao modelo econômico hegemônico. Em vista disso entende-se que a agricultura Guarani é chave para a sustentabilidade dessas comunidades.

Cabe destacar que para o Guarani a agricultura é tradicionalmente, entre outros meios de subsistência como a caça, pesca e coleta, a atividade principal de sua cultura. Esta é retratada desde o século XVII como a mais adaptada às terras em que vivem. Meliá (1990, p. 36) aponta que a agricultura do “Guarani histórico” era marcada por correlações ecológicas, dinamismo e criatividade. Emigrando se fosse preciso sem deixar desertos atrás de si. Assentando a característica complexa do manejo realizado por povos indígenas nativos da Amazônia como os Guarani

Oliveira (2009) expõe que:

O modelo de subsistência empregado pelos povos nativos da Amazônia converge para um sistema de manejo agroflorestal decorrente de um profundo conhecimento do meio, de acordo os processos naturais do ecossistema, valendo-se do consorciamento entre espécies perenes e temporárias. A área manejada compreende toda a área de domínio da aldeia, sendo manejadas além das espécies da roça (milho, mandioca, batata doce, entre outras), espécies florestais para diferentes finalidades como alimentar, medicinal e cultura material. O desmatamento das roças é executado de forma seletiva, sendo preservadas as árvores úteis, além de serem estas manejadas em bordas de mata, trilhas, pátios e clareiras. A mata secundária, decorrente pousio das roças, serve como área de caça, além do cultivo de espécies florestais de interesse (OLIVEIRA, 2009, p.43 - 44).

A ocupação dos territórios Guarani impactou diretamente nas formas de sustento. As terras foram sistematicamente apropriadas pelos colonizadores, restando poucas matas, o que limitou ao mesmo tempo o acesso à fauna e flora. A invasão dos territórios Guarani impactou na forma de manejos desses indígenas. A indisponibilidade de terras se tornou entrave para a manutenção das práticas

agrícolas e o acesso a recursos florestais características do manejo tradicional indígena (OLIVEIRA, 2009).

Ainda assim, estudos contemporâneos ressaltam a tentativa destas comunidades tradicionais em manter o manejo e cultivo consorciado no modo tradicional, como se vê em Felipim (2004) que realiza um levantamento da diversidade de cultivares tradicionais realizadas pelos Mbya-Guarani e demonstra como as aldeias constituem-se em verdadeiros bancos genéticos, sobretudo do milho, primeiramente através da importância religiosa que tem esse alimento e pela importação de uma grande variedade de espécies desse cultivo. E em segundo momento pela localização das aldeias em locais favoráveis ao manejo e a manutenção da diversidade de cultivares. Ainda ressalta que outro fator de influência do funcionamento do sistema agrícola Guarani é a mobilidade espacial que estes mantêm. Assim, entende-se que a conservação da biodiversidade está intimamente relacionada com a organização sociocultural Guarani.

Em vista disso, percebe-se ser de suma importância o resgate ao conhecimento tradicional que acumula saberes complexos sobre o manejo de plantas, sementes, solos e clima. Smith e Guimarães (2010, p.7) afirmam a necessidade em se valorizar o conhecimento tradicional e complementá-lo com saberes e práticas ocidentais, mantendo-se atento aos desafios e transformações da realidade indígena.

Assim entende-se a necessidade de projetos que incentivem um processo tão importante de reprodução física e cultural que é a agricultura Guarani. Ao mesmo tempo, percebe-se que a Agroecologia tem se inserido como um elemento de aliança entre conhecimentos tradicionais, ocidentais e projetos de desenvolvimento. É neste sentido que se insere a agroecologia como modelo intermediário e sustentável de agricultura, pois estimula e “incorpora, aos objetivos de conservação ambiental presentes na agricultura orgânica, objetivos sociais, onde agricultores e consumidores devem ser valorizados e beneficiados no processo” (CANDIOTTO, CARRIJO e OLIVEIRA, 2008, p. 222).

A agroecologia, segundo Altieri (2012, p. 105) “é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos”. É uma proposta de conhecimento aprofundado sobre os ecossistemas com base na discussão sobre a necessidade de uma agricultura sustentável, isto é, viável e harmônica nas dimensões social, ambiental e econômica.

Embora o povo Guarani possua um sistema de manejo agroflorestal ambientalmente adequado, convergindo espiritualidade e respeito pela natureza (OLIVEIRA, 2009; BRIGHENTI, 2005; ALBERNAZ, 2007) é preciso se desvencilhar do mito do “selvagem ecologicamente nobre” que é uma compreensão simplista de que o índio é conservacionista por natureza. Mesmo que tal ética de relação com a natureza seja fundamental para a conservação ambiental, considera-se que o manejo do meio ambiente pode ser aprimorado com técnicas e tecnologias não-indígenas adequadas.

Smith e Almeida (2013) afirmam que há uma mudança das práticas produtivas, impostas por diferentes situações, como demanda de mercado, técnicas e tecnologias utilizadas. “Com isso, procura-se ressaltar que mesmo as ações com as quais os povos e as comunidades indígenas já têm muita experiência são desenvolvidas hoje de maneiras distintas daquelas do passado, e precisam de especialização por parte dos gestores indígenas (SMITH e ALMEIDA, 2013, p 201)”.

Entretanto, não se pretende reproduzir a crença de que o modelo de agricultura moderna altamente tecnológica é o adequado ao desenvolvimento indígena, uma vez que esta trouxe diversos impactos socioambientais negativos como a simplificação dos agroecossistemas, a perda de variedades, o acorrentamento a maquinários agrícolas, a substituição de sementes naturais por organismos geneticamente modificados e o intenso uso de agrotóxicos (ALTIERI, 2012) e como veremos a seguir, não são bem aceitas pela comunidade do Oco’y.

Algumas atividades agrícolas convencionais foram realizadas na TI Oco’y visando o desenvolvimento rural sustentável, com o intuito de modificar a realidade indígena. Buscando a produção para suprir as necessidades alimentares e o melhoramento da infraestrutura das aldeias, desde 2003 a Itaipu desenvolve o “Projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas”, que integra o Programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional, que também implantou tanques-rede para a criação de peixes na Terra Indígena através do “Programa Mais Peixes em Nossas Águas”.

As ações prosseguem e segundo o Relatório Anual (2014), foram repassadas cestas básicas e alimentos, frutos de convênios e doações; assistência técnica; doação de mudas, sementes e matéria orgânica. O Relatório ainda informa que, em 2014, houve o preparo de 48 hectares de solo com máquina agrícola.

É interessante ressaltar o que Carvalho (2013) relata: em 2003, houve um processo judicial que a FUNAI, o município de São Miguel do Iguazu e a Itaipu sofreram por parte do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) por realizar o preparo do solo em um total 80 hectares da Terra Indígena com máquina agrícola. Nesta situação de impasse, segundo a autora, as ações foram ambientalmente inadequadas e antropologicamente incorretas, uma vez que ao passar o maquinário eliminou-se parte da já pouca biodiversidade, deixando o solo exposto – o que pode deixá-lo infértil no futuro, visto que os Avá-Guarani do Oco'y não possuem tecnologias e nem meios financeiros de utilizar tecnologias externas para corrigir o solo, muito menos em área tão extensa.

Este método de manejo do solo desconsidera características antropológicas de cultivo que seriam mais adequadas, pois a agricultura tradicional Guarani é baseada no cultivo de uso e pousio, agricultura itinerante, isto é: utiliza-se uma área para plantação durante determinado tempo e, depois, a substitui por outra, deixando esta descansar e recuperar suas qualidades produtivas (CARVALHO, 2013; BRIGHENTI, 2005).

Como afirma Brighenti (2005):

Importante observar que os Guarani praticam um intenso manejo ambiental, pois com o tempo de descanso da terra e sua regeneração e ao longo das trilhas nas matas secundárias, crescem as plantas utilizadas na coleta, atraindo animais e ampliando a fomentando a multiplicidade de espécies (BRIGHENTI, 2005, p.44).

Embora seja o cultivo mais adequado ambientalmente, como já foi dito, é impossível de ser realizado na Terra Indígena devido à sua área. Entretanto, há alternativas que melhor se adequam às especificidades da cultura indígena e o cuidado ao meio ambiente como, por exemplo, o modo de cultivo agroecológico que abordaremos adiante. Ademais, através do manejo convencional, com maquinário agrícola e insumos, ataram a comunidade à dependência de apoio externo para realizar a correção do solo.

Em contrapartida, a socióloga da Itaipu afirmou que, sem este procedimento, os indígenas não teriam como se alimentar (CARVALHO, 2013). Entretanto, como estava claro:

A falta de condições para que os Guarani realizem sua subsistência, redundando “na falta de alimentos”, não estaria relacionada ao tipo de tecnologia utilizada pelos índios – que continuamos a afirmar, é a mais adequada ao ambiente, mas sim à falta absoluta de espaço

físico na Terra Indígena, para prover as necessidades de subsistência dos Guarani. (CARVALHO, 2013, p. 456)

Ao não se ater na necessidade de rever os limites do território, a socióloga e o antropólogo representantes da Itaipu no processo não estariam “considerando o interesse em assegurar as condições de subsistência à comunidade indígena” (CARVALHO, 2013, p. 458), como também apenas consideram o modo de cultivo convencional como o único possível de ser realizado.

Albernaz (2007) relata que, devido ao frágil contexto territorial, os indígenas de certo modo aceitam as inovações vindas da sociedade não indígena, como a utilização de maquinário agrícola, entre outras; contudo, se mantém críticos à sociedade dos “brancos” (não-indígenas) e, através de discursos e da atuação das lideranças, buscam reconstruir o sistema tradicional indígena produzindo atos de reivindicação por mais terras com as características adequadas para sua sobrevivência.

Para Albernaz (2007):

É possível afirmar que neste equilíbrio delicado entre aceitação de inovações tecnológicas e de instituições da sociedade ocidental e o resgate de relações tradicionais, a utilização de maquinaria agrícola representa da melhor forma o primeiro termo, enquanto a reatualização da caça e da coleta, mediante a presença da mata de uma forma mais intensa, representam bem o segundo. (ALBERNAZ, 2007, p. 155)

Embora aceitem algumas interferências externas, permanecem críticos e afirmam que seu modo de manejo tradicional está sendo esquecido pelas novas gerações, pois precisam se adaptar ao sistema proporcionado pela Itaipu (CARVALHO, 2013, p.458). A mesma relação anterior é percebida em Medeiros (2006) e Bertho (2005), porém este último identifica que a geração de jovens Guarani de Santa Catarina vem perdendo o interesse pelas trocas tradicionais devido à restrição do seu território que não é adequado às atividades agroflorestais.

Percebe-se que os Avá-Guarani do Oco'y aceitam as novas condições pois são os meios possíveis de manterem a sobrevivência, mas não perdem de vista a sociedade ideal, uma concepção que certamente lembra o popular mito Guarani da “Terra sem Mal” e da concepção do “bom viver”.

Com base na informação e nas fotos disponíveis no Relatório Anual (2014), constata-se que a Itaipu continua a estimular a agricultura dentro de uma lógica que não leva em conta os aspectos socioculturais indígenas. Uma vez que estes têm o

desejo de praticar e resgatar princípios da sua agricultura tradicional, devem ser buscados meios de estimular este modo de cultivo.

Nesse sentido, concorda-se com Leonardo Boff (2015) que compreende que o propósito do desenvolvimento é estimular as potencialidades humanas e para isso deve-se contar com as tecnologias, as ciências e os modos de produção, os quais devem estar comprometidos com a vida de todos. Embora o modo pelo qual vem sendo feito o cultivo agrícola na TI tenha dado resultados na produção de alimentos, acredita-se que ainda pode ser melhorado, do ponto de vista sustentável, através da aplicação de outras formas de tecnologias e técnicas mais sustentáveis.

Mesmo que realizadas com as melhores das intenções e de fato produzindo alimentos para a comunidade, as atividades descoladas da realidade e da cultura indígena trazem grandes impactos na reprodução cultural indígena. Assim, pode-se considerar que tal medida não compatibiliza com o desenvolvimento sustentável. O estímulo de uma agricultura não tradicional, além de ser insustentável, demonstra a não homogeneidade do “Projeto Sustentabilidade das Comunidades Indígenas”, pois ignora que são indissociáveis as práticas cotidianas da vida indígena como parte da cultura, e não como algo a ser recorrido quando é interessante para agentes externos.

3 - PROJETO GESTÃO AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS – GATI.

Uma das ações que se articulam diretrizes da PNGATI é o Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) um projeto elaborado desde 2003 e considerado piloto da implementação do PNGATI. O GATI desde 2009 é realizado conjuntamente entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio, Ministério do Meio Ambiente (MMA), *The Nature Conservancy* (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-*Global Environment Facility*) e com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) (BAVARESCO e MENEZES, 2014).

O Projeto GATI visa o fortalecimento das práticas indígenas tradicionais, o uso sustentável e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, a inclusão social dos povos indígenas, apoio a iniciativas de recuperação de áreas degradadas e práticas econômicas sustentáveis, bem como a conservação dos biomas locais

Em sua nova fase de implementação foram selecionadas 32 terras indígenas dispersas nos 05 biomas brasileiros. Dentre as terras indígenas selecionadas está a Terra Indígena Oco'y, localizada no município de São Miguel do Iguazu – PR. O Oco'y é ocupado por indígenas do subgrupo Avá-Guarani e foi demarcada em 1982 em compensação pelos territórios Avá-Guarani inundados para a formação do Lago de Itaipu.

3.1 METODOLOGIA

Para aferir sobre as ações do Projeto GATI, foram feitos trabalhos de campo na comunidade no mês de abril de 2016, nos quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas gravadas e conversas com participantes indígenas e não indígenas de diferentes etapas do Projeto GATI. Os três entrevistados em campo tiveram seus nomes suprimidos em atendimento as normas item Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Também fizeram parte do trabalho registros fotográficos realizados pelo próprio autor.

Realiza-se uma análise partindo do documento Síntese da reunião de instalação do Conselho Regional do Núcleo Regional Sul do Projeto GATI (VILLANUEVA, 2012a), pois este arquivo é fruto da primeira reunião realizada onde definidos os objetivos iniciais propostos para a implantação do Projeto.

Em seguida tais objetivos são dispostos com o constatado nos trabalhos de campo e as entrevistas mencionadas anteriormente, com os protagonistas do projeto a nível local. Ao mesmo tempo, são utilizadas informações contidas nos documentos “Parcerias, Subsídios e Diagnósticos das Áreas de Referência: Terras Indígenas Ibirama (SC), Mangueirinha e Ava-Guarani de Oco'y (PR)” (VILLANUEVA, 2012b); “Produto 02: relatório de acompanhamento da formação e intercâmbios e outras capacitações envolvendo as Áreas de Referência; avaliação dos resultados e apresentação dos desdobramentos e encaminhamentos necessários” (VILLANUEVA, 2014a), “Produto 3: Documento contendo: (1) relatório da execução dos projetos elaborados no âmbito do projeto GATI; (2) necessidade de ajustes e/ou atividades complementares tais como contratações de consultorias, capacitações, materiais/equipamentos específicos” (VILLANUEVA, 2014b), “Produto 04: Documento contendo relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento (cartografia social)” (VILLANUEVA, 2015a) e “Produto 06: Sistematização, síntese e avaliação dos resultados da consultoria e das ações do Projeto GATI no Núcleo Regional Mata Atlântica Sul: Terras Indígenas Ibirama – SC, Mangueirinha e Ava-Guarani de Oco'y – PR” (VILLANUEVA, 2015b).

De acordo o informado por Villanueva por e-mail o seu contrato iniciou em 27\03\2014 com vigência até 14\10\2014, antes do início ela prestou apoio ao Projeto como colaboradora. Ao término do contrato foram entregues 06 produtos da consultoria, os quais subsidiarão este capítulo. Tais documentos foram disponibilizados através de solicitação ao Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (protocolo 08850001174201666) e através de troca de e-mails com a consultora.

3.2 INVESTIGAÇÃO SOBRE AS ATIVIDADES PROPOSTAS E REALIZADAS PELO GATI NO OCO'Y

O GATI iniciou suas atividades a partir de uma consulta regional, realizada em Florianópolis no estado de Santa Catarina, entre os dias 24 e 26 de outubro de 2012. Nesta etapa estavam presentes representantes das terras indígenas de Ibirama de Santa Catarina e Mangueirinha e Oco'y no Paraná. Segundo o informado no documento final, “A programação da reunião visava integrar as ações governamentais nas três áreas de referência para, a partir dessa integração, ser construído o plano de trabalho do Projeto GATI para cada uma das áreas”

(VILLANUEVA, 2012a, p. 02). Para isto contou com participação de lideranças indígenas, servidores da FUNAI, representantes de órgãos parceiros e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Foram três dias de debates, com o objetivo de organizar a gestão do Projeto no que resultou na construção do Conselho Regional Deliberativo do Núcleo Regional Sul do Projeto GATI. E, por fim, organizados em grupos por áreas de referência, lideranças indígenas e representantes dos órgãos debateram sobre os Planos de Ação que deveriam ser estabelecidos em cada uma das TIs (VILLANUEVA, 2012a).

Naquela reunião compareceram o cacique Daniel Maraca Lopes, o professor Luiz Mbaraka Miri Martines e a professora Delmira de Almeida Peres, como representantes da TI Oco'y. Porém, estes tiveram problemas com o voo e chegaram na noite do dia 24, perdendo o dia das discussões.

Segundo informado em campo, que na interpretação dos representantes da TI Oco'y nesta reunião, os indígenas teriam participado apenas para dar “ok” nas atividades, pois tudo já estava montado. Portanto, sem uma participação significativa no planejamento e estruturação do Projeto GATI em sua aldeia.

Sobre a participação na reunião indígena foi revelado a seguinte informação:

Na formulação das atividades em Santa Catarina, você participou, teve opinião, teve voz ou só apresentaram pra você?

Daquela vez que fui já tinha acontecido algumas vezes. Quando nós chegamos já tinha começado, então foi muito pouco que participei. Aqui inclusive quando teve a reunião com a Rosa e o pessoal do projeto eu não participei.

As atividades práticas foram iniciadas na comunidade no fim de 2013, com ações focadas na necessidade de otimização do território indígena para a produção de alimentos, principalmente frutas e hortaliças, que por sua vez não fazem parte dos cultivos tradicionais Guarani. Foram realizadas diversas ações combinadas que compõem dois microprojetos: “Apoio à implantação de pomar agroflorestal” e “Agrofloresta para segurança alimentar e recuperação de áreas degradadas” (GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS, 2016).

Segundo o relatório (VILLANUEVA, 2014a) entregue pela consultora do Projeto GATI, no âmbito do intercâmbio houve a participação de um indígena e o representante da Associação dos Produtores e Pecuária Orgânica de São Miguel do Iguaçu Adelar de Oliveira no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia em novembro

de 2013. E na etapa da capacitação foram feitas visitas em propriedades agroecológicas do entorno, com objetivo de sensibilização ao tema, bem como foram desenvolvidas três oficinas:

I) Oficina de campo de implantação de agrofloresta demonstrativa, a qual contou com visitas a propriedades que realizam produção agroecológica e agroflorestal (Figura 09), trabalhos em grupo e apresentação de trabalhos em forma de maquete, resultando na exposição de propostas e identificação de potencialidades e fragilidades para a implantação do visto em campo na comunidade. Por fim, foi realizado diagnóstico do entorno das residências de Sergio e Carlos¹² e produzido um croqui (Figura 10) para a instalação de uma futura agrofloresta nos quintais das residências, etapa que seria realizada a partir da Oficina 03. Entretanto foi alterado o objetivo da terceira oficina e a consultora informa que as mudas doadas foram muito poucas.



Figura 09 – Visita dos indígenas a propriedade do “Seu” Arruda, produtor de orgânicos nas proximidades do município de Medianeira – PR.
Fonte: VILLANUEVA. 2014.

¹² Os nomes Sergio, Carlos e Maria são fictícios

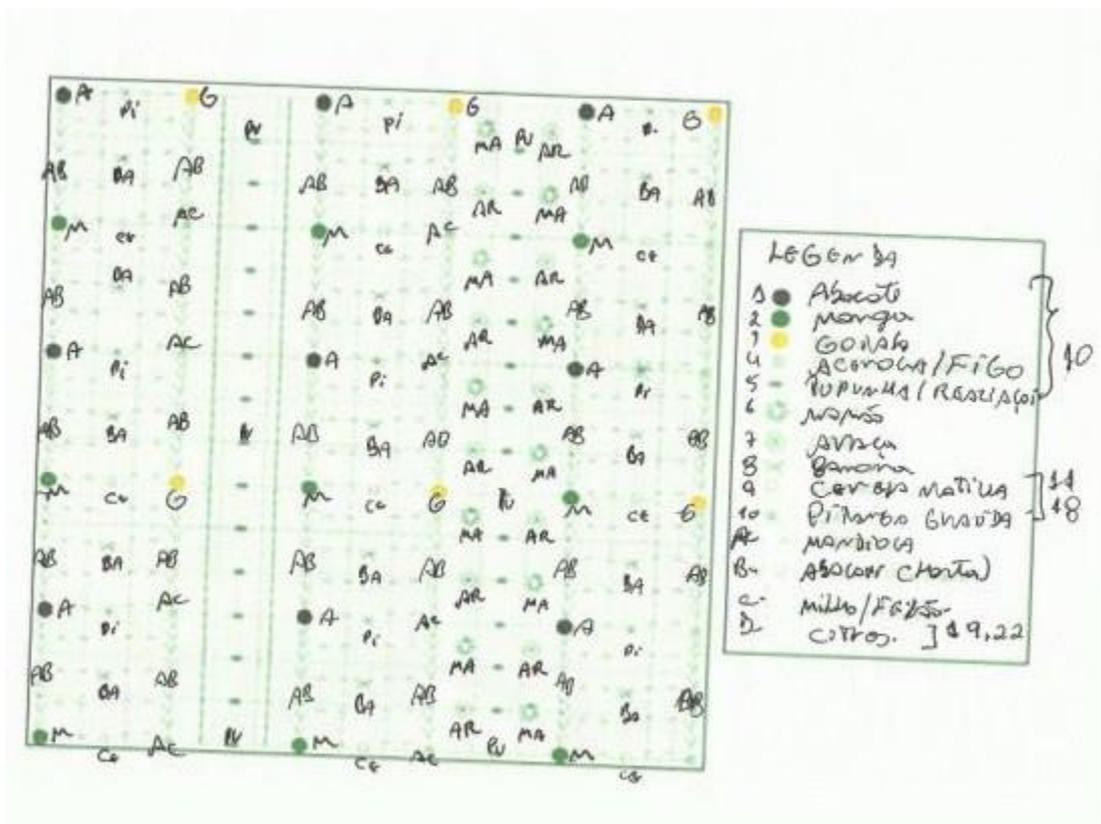


Figura 10 – Croqui elaborado por indígenas para futura implantação de quintais agroflorestais.

Fonte: VILLANUEVA. 2014.

II) Oficina de implantação de hortas mandala. Para esta atividade foi realizada uma palestra sobre o conteúdo deste tipo de horta e como funciona, sucedido por visita técnica a uma propriedade no município que produz através deste tipo de horta, por fim, retornando à comunidade os indígenas planejaram as hortas para a implantação local e com o apoio da APROSMI iniciaram o plantio, como pode ser visto nas Figuras 11 e 12.



Figura 11 – Preparação do terreno para implantação da horta mandala.
Fonte: VILLANUEVA. 2014.



Figura 12 – Horta mandala finalizada.
Fonte: VILLANUEVA, 2014a.

III) Oficina de implantação dos quintais agroflorestais. Segundo informado em relatório do Projeto, esta oficina foi realizada porque os indígenas gostaram muito da produção em horta mandala realizada em oficina anterior e por isso solicitaram que uma nova oficina fosse realizada com foco nesta forma específica de cultivo. Assim, foi realizada uma nova visita a propriedade não-indígena onde desta vez o indígena Silvano Tupã atuou como instrutor informando e repassando conhecimentos que havia adquirido desde sua experiência na última oficina. Retornando a aldeia foi realizado novos planejamentos de hortas mandala para comunidade, contando com a participação de adultos e crianças, bem como a identificação de cultivos de interesse da comunidade. Finalmente, foi implantada uma nova horta mandala na residência do senhor Casemiro. E ainda distribuídas algumas mudas para outros interessados em replicar os conhecimentos.



Figura 13 – Comunidade do Oco'y após o fim da implantação da nova horta mandala.
Fonte: VILLANUEVA. 2014.

Para a realização das oficinas, o projeto contou com o transporte feito pela Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguazu e durante o restante das atividades da implantação do Projeto houve parceria de assistência técnica de funcionários da APROSMI, sendo realizada no fim de 2013, por Adelar de Oliveira, no primeiro

semestre de 2014 por Luciano Acker e entre junho e julho de 2014 foi realizado a contratação de Renan Campos através da modalidade de pequenos contratos por Termo de Referência (VILLANUEVA, 2015)

Após as observações em campo foi possível constatar que os dois microprojetos não possuem profundas diferenças. As ações de “agrofloresta” receberam títulos diferenciados devido a seu local de implantação ou objetivos, entretanto, as ações foram apenas o plantio de mudas selecionadas em diferentes áreas da comunidade.

A constituição de uma agrofloresta, também chamada de sistema agroflorestal (SAF), não se constitui apenas do plantio de mudas de interesse da comunidade, mas sim o estabelecimento de um sistema controlado que simule as etapas naturais de formação de uma floresta, recompondo áreas degradadas e futuramente fornecendo produzindo para alimentação e/ou comércio.

Como afirmam Candioto, Carrijo e Oliveira (2008):

Quando manejamos uma floresta para obtermos alguma espécie de benefício sem degradá-la, estamos praticando uma atividade chamada de extrativismo, muito desenvolvida pelos índios. Quando iniciamos uma recuperação de um solo degradado e abandonado, tendo em vista a sucessão natural citada acima, até chegar a características próximas de uma floresta, porém implantando espécies de interesse agrícola juntamente com espécies nativas, estamos desenvolvendo uma atividade chamada *agroflorestal*. (CANDIOTTO, CARRIJO e OLIVEIRA, 2008, p. 226; grifos do original).

Dessa forma, é possível perceber que as atividades voltadas a constituição de uma agrofloresta são muito mais complexas do que o plantio de mudas em áreas fragilizadas. A construção de um sistema agroflorestal passa pela recuperação de diferentes estágios de sucessão encontrados em uma floresta. Para isso é necessária a capacitação sobre formação e estrutura de cada uma destas etapas, bem como o conhecimento do manejo das espécies selecionadas.

A outra atividade é a horta de mandala que é uma forma de produzir de base agroecológica que, assim como a agroecologia e os sistemas agroflorestais e outras formas de “eco-agricultura”, são variantes do que Ehlers (1996) chama de *movimentos rebeldes*, “[...] alguns movimentos contrários à adubação química que valorizavam o uso da matéria orgânica e de outras práticas culturais favoráveis aos processos biológicos” (EHLERS, 1996, p. 49).

Sobre as vantagens da construção das hortas em mandala, Sergio afirma:

Qual a vantagem que você viu na horta de mandala, diferente do cultivo comum?

A horta mandala, pelo que eu vejo, ela atrai muita curiosidade. O pessoal de fora que vem pergunta 'onde que vocês fizeram a horta, posso ir lá visitar?' [...] A vantagem é que através dessa horta, ali na frente ele [o vizinho] encheu de cebola. Porque cebola aqui você planta, é só fazer irrigação sempre, que vai bem. A vantagem pelo que eu vejo... Tem um cara que trabalha na SEASA em Foz que vem sempre comprar cebola. Por exemplo, daqui ele pega um pouco, de lá já completa uma caixa e assim vai. Aí que a pessoa percebe que se aumentar ou se fazer mais algum projeto que aumente a parte da verdura, essas coisas, é o lucro que dá né. Através dessa horta... Porque antes ninguém se interessava, às vezes tinha um pedacinho plantado só pra consumo no dia a dia.

Sergio também informa que, atualmente, não está utilizando com intensidade a sua horta devido a estação de verão e ele não poder irrigar conforme é preciso. Pretende voltar a utilizá-la no inverno. Nas Figuras 14 e 15 é possível ver a horta de Sergio e outra em sua vizinhança.



Figura 14 - Horta em Mandala de Sergio.
Fonte: DIAS, R, A. 2016.



Figura 15 - Horta em Mandala na vizinhança de Sergio.
Fonte: DIAS, R, A. 2016

As atividades citadas anteriormente foram as constatadas através dos trabalhos de campo, todavia, no documento “Síntese da reunião de instalação do Conselho Regional do Núcleo Regional Sul do Projeto GATI” (VILLANUEVA, 2012), foram definidas diversas outras atividades que deveriam ter sido implementadas para a T.I Oco’y.

São elas: 1) *Etnomapeamento* com enfoque em identificação da biodiversidade de valor cultural e de áreas de invasão; 2) Cercamento das áreas de invasão; Formação e capacitação de jovens indígenas para atuação como Agentes Ambientais; 3) Revitalização de trilhas e construção de centro de lazer e visitação; 4) Fortalecimento de Redes de experiências com outras aldeias guarani, inclusive no Paraguai, com enfoque na agrobiodiversidade guarani; 5) Criação de um banco de sementes tradicionais guarani; 6) Pomar na área da escola e quintais agroflorestais; 7) Diagnóstico da agrobiodiversidade local (VILLANUEVA, 2012).

O *etnomapeamento* é uma atividade com certa tradição para o planejamento da gestão ambiental e territorial de terras indígenas e está prevista na PNGATI. É definida como o “mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas” (BRASIL, 2012, n.p.).

Além do *etnomapeamento* a PNGATI ainda considera o *etnozoneamento* como *ferramenta* para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Tais

ferramentas são consideradas frutos de diversas experiências realizadas principalmente nos estados do Norte do Brasil (CORREA, 2010). Em sua maioria são experiências individuais sem troca de informação e diálogo, abrindo espaço para futuros intercâmbios (LITTLE, 2006, p. 50).

Estes instrumentos voltados à gestão territorial e ambiental de terras indígenas geralmente vem acompanhados do prefixo “etno” que indica que são levantamentos, mapeamentos, zoneamentos feitos por e/ou para comunidades indígenas, em síntese podem ser chamados de *etnoinstrumentos* e “[...] podem ser utilizados dentro do que seria um amplo processo de gestão territorial em TI, composto por quatro etapas: de articulação, de diagnóstico, normativa e de execução” (CORREIA, 2010, p. 02).

O uso de *etnoinstrumentos* para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas é realizado a partir de diferentes conceitos, métodos e finalidades, entretanto possuem como objetivo geral o levantamento de dados e informações sobre o território, com a coleta e organização os dados levantados servirão de subsídios para o planejamento das ações posteriores.

Para Acserald (2010) o *etnomapeamento*, ou seja, a construção de uma cartografia popular ou indígena é a quebra do monopólio estatal da representação e controle do território e com isso, a cartografia, instrumento de dominação passa a ser disputado. O autor compreende que a construção de mapas é um ato essencialmente político e que estes podem ser utilizados em diferentes campos da ação política indígena.

No plano externo, os mapas servirão para afirmar direitos, exigir a proteção de suas terras contra as invasões e conta os impactos – sejam os ditos diretos ou os ditos indiretos – dos grandes projetos que contaminam rios por agrotóxico, degradam ecossistemas pela construção de barragens e estradas, por atividades de petróleo e mineração, por ação de madeireiros ou grileiros. No plano interno, os mapas servem para assegurar a coesão dos grupos, auxiliar a resistência ante as pressões externas que procuram sua divisão, assim como ajudar a transmitir conhecimentos tradicionais aos mais jovens. O mapa serve, pois, de modo distinto, a estes dois tipos de política, que, por sua vez, requererão, igualmente, mapas de diferentes tipos – uns de uso interno, outros para uso externo (ACSERALD, 2010, p. 93)

Ademais através da construção do *etnomapeamento*, é possível conceber um material com múltiplas finalidades, como a identificação de potencialidades e fragilidades dos recursos existentes na terra indígena, levantamento de dados

sociais, econômicos, culturais, ambientais, sanitários, patrimoniais, entre outros (REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA, 2013).

Há um número significativo de experiências que se utilizam de *etnoinstrumentos* realizadas na região da Amazônia. Em um levantamento feito por Little (2006), foram encontradas quase cem iniciativas recentes no uso de *etnoinstrumentos*, sendo a ampla maioria na região amazônica (83%) seguida pelas regiões Nordeste (7%), Centro Oeste (4%) e Sudeste (4%) e Sul (2%)¹³.

A realização do *etnomapeamento* deveria ser a primeira ação realizada após a criação dos núcleos de gestão, uma vez que levantaria importantes dados para repensar o planejamento das ações. Os mapas sempre foram utilizados para agregar informações relevantes sobre um território, mapear é um ato estratégico para estabelecer o domínio sobre determinado espaço. Dessa forma, reconhecer os limites da terra indígena, os recursos disponíveis e as diferentes ameaças ao território são fatores relevantes em qualquer processo de gestão. Entretanto esta atividade não foi realizada de acordo com informações obtidas em campo.

Seguindo ao segundo objetivo das atividades determinadas para o GATI, a construção de cercas, torna-se necessária, pois o desrespeito aos limites da TI Oco'y, segundo Carvalho (2013) chegaria a 4,9 hectares de área invadida por agricultores vizinhos. É um problema antigo que deveria ser resolvido pela FUNAI, uma vez que esta tem até mesmo competência de polícia¹⁴. Diante da inércia do órgão, se faria necessária uma ação de cercamento, como forma de imposição dos limites e dos direitos da Terra Indígena, que precisam se fazer valer.

Tal atividade poderia ser contemplada como ação prática a partir do mapeamento, porém nenhuma das duas atividades foi realizada. Constatou-se que apenas a terra indígena Ibirama em Santa Catarina foi contemplada com a atividade de mapeamento e cartografia social devido ao apoio de um pesquisador que também iria iniciar um projeto semelhante na comunidade (VILLANUEVA, 2015). A não realização da atividade nas terras indígenas do Paraná foi justificada “por

¹³ Foram desconsideradas as experiências que não constavam os estados em que estavam localizadas.

¹⁴ OIT 169 - Artigo 18 - A lei deverá prever sanções apropriadas contra toda intrusão não autorizada nas terras dos povos interessados ou contra todo uso não autorizado das mesmas por pessoas alheias a eles, e os governos deverão adotar medidas para impedirem tais infrações.

absoluta falta de disponibilidade dos poucos pesquisadores desta linha que atuam no estado do Paraná” (VILLANUEVA, 2015a, p. 03).

Relativo a localização geográfica e limites do Oco'y foram encontradas apenas a informação de solicitação do reavivamento (reconstrução) dos marcos da terra indígena para a CTL Guaíra, pois, segundo a consultora, a maioria dos marcos estão perdidos (VILLANUEVA, 2012b). Em campo não foi encontrado nenhuma forma de marco.

Pode se considerar como uma tentativa de cercamento o plantio de mudas feito nos limites em a terra indígena e os proprietários rurais. Porém como informado em entrevista, além do professor indígena responsável pelo projeto de agrofloresta ter mudado para outra localidade e não deixar outro responsável no lugar, o uso de agrotóxicos das propriedades próximas foi causador da perda de boa parte das mudas.

Como informa Maria:

Eu também percebi assim quando esse projeto aconteceu, eles tinham que florestar os limites do cultivo do colono e da aldeia. Só que eu vi que eles plantaram muito na beiradinha, aí o que aconteceu, principalmente perto da estrada. Aí o que aconteceu, os colonos passavam aquele secante, agrotóxico e matava...

Eles plantaram aqui e na estrada?

Sim, eles plantaram em todos os lugares.

Mas aconteceram muitas coisas aqui, não é só porque não cuidou... nas beiradas plantaram, fizeram tudo certinho, mas aí o colono veio e passa veneno, e na minha casa, plantei daqui até lá, e mesmo assim secou por causa daquele veneno. Chega até em casa, as vezes fico com uma dor de cabeça, esse que é o problema maior que acontece. Você sabe como é, é cercada [de propriedades].

O impacto na saúde de indivíduos do Oco'y por agrotóxicos, destes alguns proibidos trazidos do Paraguai e de uso ilegal no Brasil, foi evidenciado por Brant (2013) assim se vê como urgente a necessidade em se trabalhar a conscientização dos agricultores vizinhos que a partir da atuação em suas terras impactam no território do Oco'y. Além de invadi-las pouco a pouco o território indígena e intoxicam a comunidade indígena pelos agrotóxicos utilizados nas plantações.

A proximidade do cultivo dos proprietários vizinhos pode ser observada nas figuras 16, 17 e 18 a seguir.



Figura 16 - Plantio de soja limítrofe a estrada de acesso à aldeia.
Fonte: DIAS, R, A. 2016.

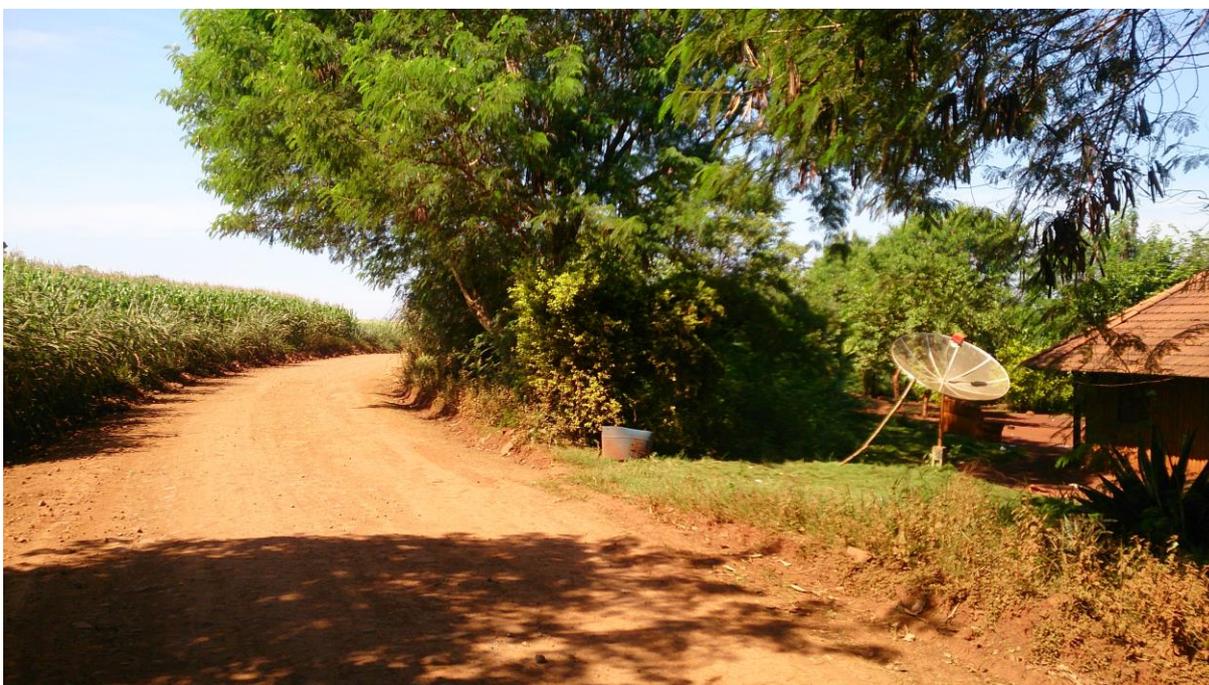


Figura 17 - Plantio de milho “branco” a poucos metros da moradia indígena.
Fonte: DIAS, R, A. 2016.



Figura 18 - Córrego que nasce na propriedade vizinha e corta a aldeia.
Fonte: DIAS, R. A. 2016

Ainda integrando o objetivo dois, está a “Formação e capacitação de jovens indígenas para atuação como Agentes Ambientais”. Esta atividade seria de suma importância para a consolidação do Projeto, pois é uma forma para dar continuidade às atividades através dos profissionais da comunidade. Entretanto não há informação desta ação ter ocorrido.

As ações realizadas na comunidade contemplaram (in)formações incipientes ou pontuais abertas a toda a comunidade, sendo apenas o Sergio e Carlos como participantes mais assíduos e que desempenharam papéis práticos de implantação e tutoria.

Como foi possível perceber na fala de Maria e Sergio, as ações do GATI de maneira geral não envolviam os indivíduos específicos da comunidade, na realidade foram atividades endereçadas a toda a comunidade sem estabelecer um compromisso e sem esclarecer as responsabilidades individuais.

Como afirma Maria:

Você participou da reunião do GATI?
Não lembro bem, mas estive com a Rosa umas duas ou três vezes.
Eu acho assim... Esses projetos, eu falo bem a verdade sabe, então bem no começo, quando teve o início desse projeto, não quando iam implantar, quando iam começar a organizar, aí foi eu e o Luiz, meu marido, na outra foi outra [pessoa] e numa outra [reunião] eu e o Luiz de novo, e em outra [reunião] foi outra [pessoa]. Aí a gente fica assim “será que sou responsável, será que não sou”. Então eu acho que esses projetos, o dia que acontecer aqui de novo, tem que pegar

uma pessoa e se responsabilizar, “esse trabalho é seu”, eu acho que tinha que ser feito assim. Foi trazido umas plantinhas, aí esse professor era responsável, era só ele e aí veio férias. A gente pensou que iam limpar, iam regar, iam molhar...

Então eu acredito que é falta de organização, falta de uma pessoa, por exemplo, pegar do início até o fim. Então assim, por exemplo, vai acontecer um curso da área desse projeto ou evento, aí vai uma pessoa, vai acontecer outra coisa, vai outra pessoa.

Percepção semelhante é constatada na fala de Sergio:

Eu aprendi também que tem que ver uma família que tem interesse mesmo, porque, se não, não adianta você fazer um trabalho certinho e bonitinho e de repente [acabou]... porque eu não tenho como ir cuidar da horta dele né, então ele que é responsável. Que nem, aqui ninguém pode vir mexer na minha horta por que eu que sou dono né, então tem que cuidar pra que a pessoa aproveita bem. Então não adianta fazer um trabalho certinho e a pessoa abandonar, então é um trabalho perdido que a gente faz com cuidado, certinho, ensina e de repente você vê que não vai valer a pena que o que você fez.

E na implantação do GATI, você viu mais alguma coisa que não funcionou, o que você achava que podia ser diferente?

Acho que o projeto foi bem feito, só que a família que se incluiu, faltou um pouco de interesse né. Foi próprio da família mesmo. Porque o projeto mesmo, cada projeto tem intenção que melhore a vida da comunidade, do morador. Só que muitas vezes...por exemplo se eu não tenho interesse, tenho que deixar para outro que tem. Não adianta pegar para largar tudo.

Ambos se mostram descontentes pelo abandono por parte de alguns indígenas que participaram da atividade e abandonaram ou se mudaram não dando continuidade no Projeto. Também destacados como falha do Projeto, a sua implementação em períodos curtos sem alguma forma de continuidade e a demora do contato entre os indígenas e os proponentes.

Como informa Sergio:

E por parte da FUNAI, do poder público, o que você acha que foi problema? Apenas ter parado, faltou mais assistência técnica, contato com a Rosa?

Acho que faltou a continuidade, né. Contato também, né. A rosa morava em São Paulo, eu acho, então não tem condições de vir e voltar. Nessa parte a gente tinha dificuldade de contato, as vezes a gente precisa de alguma coisa e não consegue entrar em contato, “não, só mês que vem ou daqui três meses”, então a gente espera, vai esperando, então ela vem para resolver as coisas.

Percebe-se que faltou engajamento da comunidade em torno do projeto. A participação dos indígenas foi mínima e não houve protagonismo indígena nas

ações realizadas. Entende-se que a falta de internalização das ações e objetivos do Projeto foi resultado de uma ação vertical e pouco dialogada.

A entrevistada ainda cita como um caso de formação que deu certo a produção de esculturas de animais, arcos e flechas, brincos entre outros artesanatos produzidos pelas mulheres indígenas, em que uma não indígena contratada pela Itaipu ensinou uma outra indígena que a substituiu quando necessário e dá continuidade ao projeto. Isto, por sua vez demonstra, que é possível desenvolver projetos com a comunidade, porém, é necessário que indivíduos da comunidade tomem a frente dessas iniciativas.

Na figura a seguir é possível ver alguns artesanatos disponíveis na comunidade dispostos na sala do artesão construído pela Hidrelétrica de Itaipu. Os produtos são geralmente comercializados em eventos externos.



Figura 19 – Artesanatos disponíveis no centro de artesanato e nutrição.
Fonte: DIAS, R. A. 2016.

Como é possível perceber durante as realizações dos cursos houve um compartilhamento de informações e experiências com a comunidade, e a contratação de indígenas que se comprometeram a continuar projetos de agricultura de base ecológica, entretanto isto não pode ser visto como uma formação de agentes ambientais como estava presente na proposta original.

O ponto número três “Revitalização de trilhas e construção de centro de lazer e visitação”, não teve nenhuma atividade que pode ser identificada que

contemplasse de alguma forma esse objetivo. Bem como não consta nada no documento final (VILLANUEVA, 2015b) entregue pela consultora.

O objetivo número quatro: “Fortalecimento de Redes de experiências com outras aldeias guarani, inclusive no Paraguai, com enfoque na agrobiodiversidade guarani”, também não ocorreu. Próximo a isso, foram as visitas realizadas a propriedades de não indígenas que produzem de forma agroecológica na região e participação no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia.

A realização de redes de experiência e intercâmbios culturais é uma ação que apresenta diversos resultados positivos nas terras indígenas do Norte do Brasil. Através dos encontros realizados, indígenas de diferentes terras indígenas têm a oportunidade de conhecer a realidade de outras terras indígenas com contexto variados. Nestas visitas, os próprios indígenas trocam informações, destacam pontos positivos e negativos que encontram na terra indígena em que visitam, comparam os contextos em que vivem com o que visitam, discutem e articulam interesses, fortalecem laços, produzem documentos, entre outras ações (REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA, 2013).

Acredita-se que a realização de uma rede de trocas de experiência, de certa forma, seria um direcionamento das atividades já realizadas através da mobilidade característica dos Avá-Guarani, que já possuem uma grande rede de contato na região (SILVA, 2007). Sendo possível espelhar nas diversas experiências existentes em outros locais e permitir que os indígenas refletissem e discutissem temas de interesse comum, fortalecendo a relação entre os indígenas e permitindo o seu protagonismo.

Nesse sentido, cabe citar uma ação de intercâmbio de aprendizagem que contemplou terras indígenas vizinhas ao Oco'y em 2011, quando foi realizado um intercâmbio entre professores de diferentes terras indígenas no Paraná e professores de terras indígenas no Mato Grosso do Sul. O intercâmbio foi registrado na publicação “Relato de intercâmbio entre Comunidades Guarani” (PARANÁ, 2011) e nela consta diversos relatos da percepção dos professores quanto a realidade das aldeias, da organização das escolas indígenas, experiências de ensino e características identitárias e culturais que se apresentavam de formas diferentes em cada comunidade.

O objetivo número cinco: “Criação de um banco de sementes tradicionais guarani” também não foi realizado. Relativo a este objetivo apenas foram

encontradas algumas propostas de participação de viagens para intercâmbio e troca de sementes e recursos para aquisição de sementes (VILLANUEVA, 2014b; 2015a)

O objetivo número seis: “Pomar na área da escola e quintais agroflorestais” foi realizado, porém, o professor indígena responsável se mudou para outro município e não deixou outra pessoa para dar continuidade nos trabalhos. As mudas plantadas foram afetadas por agrotóxicos e boa parte se perdeu. Como pode ser observada nas figuras 20 e 21 a parte da área que foi utilizada para plantio hoje está tomada pela vegetação.



Figura 20 - Pés de laranja plantados próximo a escola e que sobreviveram ao fim do Projeto.
Fonte: DIAS, R. A, 2016.



Figura 21 - Local próximo a escola em que foram plantadas mudas. Atualmente tomado pela vegetação.

Fonte: DIAS, R. A, 2016.

Por fim o objetivo número sete: “Diagnóstico da agrobiodiversidade local” é um trabalho que seria fruto de alguma forma de levantamento de dados, como foi visto anteriormente, esta etapa também não ocorreu.

Como levantado em campo, o Projeto GATI foi finalizado após as atividades de instalação das hortas de mandala, em 2014. A última ação relativa ao Projeto foi a abertura do edital Programa de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PPP GATI) realizado em parceria com o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), cujo objetivo seria apoiar ações de conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas. Entretanto no resultado final nenhum trabalho foi proposto para a comunidade do Oco’y. Segundo o entrevistado, os indígenas e envolvidos contavam com esse edital para dar continuidade ao Projeto, entretanto a falta de servidores foi apontada como motivo em dar apoio técnico e montar o projeto para a comunidade (VILLANUEVA, 2015a). Este fato desperta para a problemática dos mecanismos institucionais de financiamento e o acesso a estes por parte dos povos indígenas, nem sempre qualificados a atuar no sistema não-indígena.

Segundo informado por Sergio, a última atividade realizada foi a “Agrofloresta e Horta de Mandala” que foi finalizada no segundo semestre de 2014.

Segundo o entrevistado este foi contatado pela APROSMI que explicou do que se tratava o projeto, como pode ser visto a seguir:

Como você conheceu o GATI?

Através da APROSMI, que estava previsto o projeto aqui dentro, então em parceria, né, com a FUNAI. O projeto GATI é da FUNAI né!? Então Adelar falou assim pra mim, se você se interessar tem o Projeto GATI da FUNAI. Daí eu falei assim, dá sim pra mim. Daí ele começou a explicar mais o que era o projeto, aí eu comecei.

Ele que te explicou? O que ele disse?

Ele explicou que o Projeto do GATI é da FUNAI. Aquele projeto do GATI que eu peguei pra Agrofloresta e Horta Mandala... é.. foi durante 08 meses que era o projeto, né.. A proposta para mim assim era durante 08 meses eu começava a trabalhar com os projetos e começava a orientar as famílias que vai, digamos assim... Eu cheguei a conversar com os moradores que tivessem interesse de participar. Fizeram a proposta assim, vai ter 8 mil reais nesse projeto... como eu não vou conseguir fazer isso sozinho entrou dois, eu e mais outro, que trabalhou pra mim que mora lá do outro lado. Daí durante os primeiros quatro meses eu recebi dois mil, tanto o outro recebeu dois mil.

Segundo o entrevistado este recebeu um valor total de 8 mil reais que foi pago em duas parcelas a cada 4 meses. Devido a quantidade de trabalho ele necessitou dividir as tarefas com Carlos e a quantia recebida. Dessa forma, ambos receberam dois mil reais a cada quatro meses, o que dá 500 reais mensais para prestar assistência técnica rural na comunidade.

Sergio informa que no fim de 2014 foram conseguidos mais remuneração para outras famílias indígenas participarem do projeto como uma forma de continuidade. Estas por sua vez também dividiram a verba para agregar mais famílias.

Ao que tudo indica as contratações foram realizadas através do chamado “microprojetos indígenas” que constituíram-se de pequenos subsídios de até 4 mil reais para indígenas que desenvolviam iniciativas práticas na comunidade voltadas a gestão ambiental e conservação da biodiversidade (VILLANUEVA, 2014b). Este mecanismo de financiamento, juntamente com “Contratações simplificadas através de Termos de Referência – TdR”, “Concessão de diárias e auxílio para deslocamentos para colaboradores eventuais” e “Apoio a pequenos projetos”, foram formas de superar os entraves burocráticos, operativos e financeiros das

coordenações da FUNAI que não são capazes de atender as demandas específicas que surgiam durante a execução do Projeto GATI.

É importante destacar que a Coordenação Técnica Local responsável pelo atendimento a TI Oco'y localiza-se há mais de 100 quilômetros da aldeia e conta com apenas 02 funcionários para o atendimento de 18 aldeias dispersas por todo o oeste do Paraná. Além de uma infraestrutura irrisória, contando com apenas 01 veículo em funcionamento, desta maneira o trabalho da CTL consiste basicamente em atender a documentação básica dos indígenas, não tendo competência técnica na área agrícola ou de gestão de projetos. Há também um segundo posto de atendimento da FUNAI dentro da TI, porém encontra-se sem infraestrutura e praticamente abandonado, conforme é possível ver na figura a seguir.



Figura 22 – Escritório praticamente abandonado da FUNAI dentro da TI Oco'y.
Fonte: DIAS, R. A. 2015.

De acordo com o exposto no Produto 6 (VILLANUEVA, 2015b) mais 05 famílias foram apoiadas através de 03 microprojetos entre novembro de 2014 e fevereiro de 2015. Além disso, o documento informa que o cacique procurou a consultora em busca de mais projetos, que por sua vez repassou a solicitação para a coordenação do Projeto e para a FUNAI.

Sobre as expectativas em relação ao Projeto, afirma:

O que você espera para os próximos anos, com a conversa de hoje? Acha que tem chance de voltar, ou vai ficar nesses projetos de 04 ou 08 meses? Qual sua expectativa para o GATI?

A gente sempre espera mais novidade sobre projeto. A gente quer ver mais projeto. Não é projeto só pra horta mandala, só pomar. Quer mais projeto pra gente evoluir cada vez mais. Através do projeto eu aprendi muitas coisas que nunca pensei de aprender. A experiência que tenho é através de projeto, então a gente trabalha através do projeto, a gente aprende, a gente ensina, a gente faz palestra. Então esse projeto também traz experiências pra nós. [...] A expectativa pra mim é que seja feita um projeto em parceria com a APROSMI, pra aproveitar o espaço que temos através de projeto.

Percebe-se que o Projeto realizado trouxe algumas contribuições pontuais para algumas famílias e indivíduos, como o recurso, as experiências e o aprendizado. Outra contribuição importante foi a criação de mecanismos operacionais que superam burocracias contratuais, facilitando o financiamento de indivíduos e instituições parceiras e que suprem a falta de apoio da FUNAI, gerada pela precarização que vem ocorrendo ao longo dos anos.

Por outro lado, as ações foram significativamente desconexas. Faltou diálogo e protagonismo da comunidade na tomada de decisões e implantação das atividades. Nesse sentido, acredita-se que não cabe criticar a passividade dos atores locais, uma vez que foram desde a primeira etapa colocados em uma posição passiva. Embora as ações do Projeto GATI estivessem adequadas no campo do discurso agroecológico e social, as ações foram intervencionistas e pontuais, o que impossibilitou a mobilização da comunidade para dar continuidade no projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão territorial de terras indígenas é um conceito que vem ganhando destaque nos últimos anos como estratégia de ação para a conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e proteção territorial das terras indígenas. Seu uso foi institucionalizado através da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. Esta política marca uma nova etapa de diálogo entre Estado e povos indígenas, bem como estabelece o território como critério para ação institucional, reconhecendo ao mesmo tempo a relação entre o povo indígena e seu território.

Nesse sentido o Projeto GATI atua como um projeto piloto de implantação de ações de gestão territorial em terras indígenas. Sua experiência foi estabelecida em diversos biomas brasileiros, pois possui como objetivo constituir uma rede de experiências que servirão de modelos de gestão ambiental e territorial, garantindo a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Parte-se também do princípio da gestão desses projetos tendo a participação, protagonismo e fortalecimento dos povos e organizações indígenas, portanto um projeto alinhado aos ideais de *etnodesenvolvimento*.

A implantação desse projeto no sul do país abarcou três aldeias indígenas sob responsabilidade de uma consultora do Projeto que teve como tarefa realizar levantamento de dados e estabelecer indicadores de sustentabilidade e identificar e articular atores para realizar o Projeto nas terras indígenas Ibirama (SC) dos povos indígenas Xokleng, Guarani e Kaingang, terra indígena Mangueirinha (PR) povo indígena Kaingang e terra indígena do Oco'y, povo indígena Avá-Guarani. Em vista disso, entende-se que se tratou de tarefa homérica visto que as respectivas áreas são constituídas de povos e contextos territoriais distintos.

O Projeto GATI no Oco'y buscou alcançar resultados que condiziam com as peculiaridades do local, isto é, projetou-se solucionar problemas de alimentação, produção orgânica e geração de renda. Entretanto sua aplicação deixou a desejar uma vez que sofreu descontinuidade em consideráveis períodos e não foi estabelecido um indivíduo, órgão ou instituição para dar ritmo as atividades.

Nos diálogos e entrevistas realizadas com diferentes indivíduos foi possível constatar dois elementos relevantes. Primeiramente sabe-se que o Projeto GATI

ocorreu de fato, que foi uma boa proposta e que há a percepção dos envolvidos de que o Projeto acabou em seu melhor momento.

Por outro lado, não se percebe por parte de nenhum dos entrevistados quem são os responsáveis pelo Projeto, em outras palavras, os entrevistados identificam participantes, tanto indivíduos como instituições, mas não identificam os responsáveis pela implantação e eficiência do Projeto. Um possível nome para se indicar como encarregado do Projeto seria o da consultora do PNUD, Rosa Villanueva, porém esta ficou encarregada de realizar um projeto sem qualquer equipe técnica por parte do Projeto, ficando ao seu cargo descobrir potenciais parceiros para a execução das atividades. Dessa forma, acabou por ficar refém da existência e competência desses parceiros.

Em análise ao Relatório Final (VILLANUEVA, 2015b) a consultora coloca como elemento negativo para o desenvolvimento das atividades a dúvida quanto a responsabilidade pelas ações no Oco'y, se estas são da Itaipu ou da FUNAI. Embora exista o impasse jurídico por se tratar de uma terra indígena sobreposta a Área de Preservação Permanente do Lago de Itaipu, entende-se que a responsabilidade de supervisão das ações seja da FUNAI, uma vez que essa é o órgão indigenista oficial e responsável pela preservação dos bens materiais e imateriais dos territórios indígenas. Entretanto a Coordenação Técnica Local de Guaíra, responsável pelo atendimento a TI Oco'y não possui condições materiais e de pessoal para ir além do atendimento básico as comunidades indígenas.

Embora a Itaipu realize assistência técnica e desenvolva projetos na comunidade como meio de compensar os prejuízos que causou a comunidade Avá-Guarani no passado e também utilize estas ações como estratégia de marketing não é a responsável legal pelo atendimento aos indígenas. Por fim, a consultora entende que só foi possível realizar as ações do Projeto graças ao apoio e contratação dos técnicos da APROSMI, o que indica a necessidade de uma equipe técnica para apoiar o projeto em cada localidade.

Percebem-se a amplitude e o potencial do Projeto GATI desde o estabelecimento dos primeiros objetivos, estes que observavam a necessidade da proteção ambiental, a participação indígena e o conhecimento territorial como elementos essenciais para gestão de uma terra indígena. Entretanto na prática foi realizada uma ação verticalizada, sem integração comunitária, sem participação indígena e somente com algumas ações pontuais, estas que embora significantes

mostraram-se muito incipientes. Percebe-se que como manifestação de uma ação política o Projeto foi relevante, porém, pelo lado da transformação social, foi irrisório.

O Projeto GATI é um marco importante para se pensar a realização de projetos em terras indígenas, pois apontam para uma direção positiva do desenvolvimento sustentável terras indígenas, já indicam ferramentas, metodologias e caminhos a seguir, ainda sim, é preciso que haja maior engajamento do poder público e das organizações indígenas, bem como a criação de mecanismos de financiamentos mais eficientes para concretizar as ações que devem ser implantadas a médio e longo prazo, pois é subjacente a ideia da sustentabilidade o perpetuamento das ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Editora Elefante. 2016.
- ACSERALD, H. Os mapeamentos e a autonomia dos povos indígenas. In: GOULART, A; BARRETO-FILHO, H. T (Orgs). **Mapeamentos participativos e gestão de territórios indígenas na Amazônia**. Rio Branco, Acre. nov. 2010.
- ALBERNAZ, A, R. Considerações sobre o Parentesco por Criação (Ava-Guarani de Oco'y) e outras Teorias Ameríndias. In: **Revista Enfoques**. Rio de Janeiro. mar. 2008a.
- _____. Interpretação do mundo e projetos de futuro dos Ava-Guarani de Oco'y. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 146-169, jul./dez. 2007.
- ALBERNAZ, A, R. O Provisório em Definitivo: a organização social dos Ava-Guarani da área indígena de Oco'y (PR). Campo Grande – MS. **Tellus**, ano 8, n. 14, p. 115-144, abr. 2008b.
- _____. **Antropologia, histórias e temporalidades entre os avaguarani de OCO'Y (PR)**. Florianópolis, UFSC – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (Doutorado em Antropologia), 2009.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**: Conflitos ambientais e linguagens de valoração. Editora Contexto. São Paulo. 2015.
- ALMEIDA, F; MACEDO, G. Dimensão Cultural. In: INGLEZ DE SOUZA, Cássio; ALMEIDA, Fábio. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Unesco. Coleção educação para todos, v. 39. Série vias dos saberes. n. 6. 2012.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ANDRADE, S. A. A retomada dos territórios ancestrais: os Guarani e a *Cidade Real do Guairá*. In: **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**. 2014.
- ASSIS, R. L. de. **Agroecologia no Brasil**: análise do processo de difusão e perspectivas. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2002.
- ANTONIO, L; SANT'ANA, G.R; MELO, A. V (Orgs). **O Curso de Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena**: uma articulação entre a Família GATI (Organização CAIANAS), Projeto GATI e IFMS/PRONATEC. Brasília: Projeto GATI/FUNAI, 2016.
- AZANHA, G. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. In LIMA, Antonio Carlos de Souza & BARROSO-HOFFMANN, Maria (orgs). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**: Bases para uma Nova Política Indigenista, pp. 29-37. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2002.
- AZEVEDO, M. et al. **Guarani Retã**: Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. 2008.
- BARRETO FILHO, H. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. In: **Tellus**, Campo Grande, ano 6, n. 10, p. 11 - 21, abril 2006.
- BAVARESCO, A; MENEZES, M. **Entendendo a PNGATI**: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. Brasília. GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 5. ed. Petrópolis: Vozes. 2010.

- BERTHO, A. M. M. **Os índios Guarani da Serra do Tabuleiro e a conservação da natureza**. (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2005. 224p.
- BIERWAGEN, M. Y. Ideologização do Consumo Consciente: Soberania do Consumidor e Liberdade de Escolha no Caso do Instituto Akatu. In: **Revista Gestão.Org**, v. 14, Edição Especial. p. 75-87, 2016.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: O que é – O que não é**. Petrópolis: Editora Vozes. 4º Ed. 2015.
- BONAMIGO, Z. Comunidade Mbya-Guarani: economia e relações com a sociedade “atrevida”. In: **Tellus**. Campo Grande. Mato Grosso do Sul. ano 8, n. 14, Abr. p, 145-170. 2008.
- BORGES, P. H. P. Terra e Memória: Os territórios Guarani no oeste do Paraná. In: **Perspectiva Geográfica**. UNIOESTE. v.6, n.7. 2011.
- BRASIL. Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: Jul. 2016.
- BRASIL. Política Nacional de Meio Ambiente, lei Federal 6.938/81, 1981.
- BRIGHENTI, C. A. Necessidade de Novos Paradigmas Ambientais Implicações e Contribuição Guarani. In: **Cadernos PROLAM/USP**. V. 02. Ano 04.2005. p. 33-56.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. In: **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, E. S; SAQUET, M. A. (Orgs). Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- CANDIOTTO, L. Z. P; CARRIJO; B. R; OLIVEIRA, J. A. A Agroecologia e as Agroflorestas no contexto de uma Agricultura Sustentável. In: ALVES, A. F. CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P (Orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. Expressão Popular. 1 ed. São Paulo. 2008.
- CARDOSO, T. M; PINHEIRO, M. B (Orgs.). **Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.
- CARTA DOS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI DA TEKOHÁ Y HOVY EM GUAÍRA/PR. Disponível em: < <https://encontra.wordpress.com/2015/08/20/carta-dos-indigenas-ava-guarani-da-tekoha-yhov-y-em-guairapr/>>. Acesso em: set. 2016.
- CARVALHO, M. L. B. **Das terras dos índios aos índios sem terra: o Estado e os Guarani do Oco'y: Violência, Silêncio e Luta**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, 2013. 834 p.
- CASTANHEIRA, N. A eudaimonia no livro I da Ética a Nicômaco. **Philosophica**, n.26, Lisboa, p. 99-12, 2005.
- CHAMORRO, G. **O Bem Viver nos povos indígenas**. Disponível em: <http://cebivirtual.com.br/ava/arquivos/FT1-M1.pdf>. Acesso em: set. 2016.
- CHMYZ, I. Histórico das pesquisas de salvamento arqueológico no estado do Paraná. In: **Anais do I Simpósio de Pré - História do Nordeste**. p. 157 – 159. CLIO, 4. 1987.
- COLODEL, J. A. **Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Prefeitura Municipal. Santa Helena. 1988.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE. **Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Kampa do Rio Amônia**, Rio Branco, 2007.
- COMTE-SPONVILLE, A. **Introdução à Filosofia**. Martins Fontes. São Paulo. 2002.

CONRADI, C. C. N. As ações do Estado Nacional e a trajetória política dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná. In: **ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, São Leopoldo. Rio Grande do Sul. 2007.

_____. **As ações do Estado nacional e a trajetória política dos Guarani Nandeva no Oeste do Paraná (1977-1997)**. (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. 2007.

_____. O movimento dos Guarani de reocupação e recuperação de seus territórios no oeste do Paraná. In: **IV Congresso Internacional de História**. Maringá. Paraná. 2009.

_____. **Um obstáculo a transpor: as estratégias dos poderes instituídos frente à presença dos Guarani no Oeste**. (Especialização em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2005.

CORREIA, C S. Mapeamentos Participativos e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre. In: AMARAL, J. J. O; LEANDRO, E. L (orgs.). **Amazônia e Cenários Indígenas**. 2010.

DEPRÁ, G. **O lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra**: representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000). Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

DIAS, R. A. **Sem Tekohá não há Teko**: O material e o simbólico na construção do território Avá-Guarani - o caso do Tekoha Y Hovy. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2014.

DIEGUES, A, C. D. **O mito moderno da natureza intocada**. 6º ed. rev. amp. HUCITEC/NUPAUB/USP. 2008.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: Origens e perspectivas de um novo paradigma. Livros da Terra. São Paulo. 1996.

FARIA, C. S. A Luta dos Guarani pelo Uso da Terra. In: **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 1 Jornada de Geografia das Águas. 'A Questão Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais', 2013, João Pessoa. VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 1 Jornada de Geografia das Águas. "A Questão Agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas e Conflitos Territoriais", 2013.

FARIA, C. S.; PIERRI, D.; CASTILLA, E.; LADEIRA, M. I (Org.). **Atlas das terras Guarani no Sul e Sudeste do Brasil – 2015**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. 2015.

FELIPIIM, A. P.. 2001. **O Sistema Agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho**: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. Mestrado em Ciências. Piracicaba: ESALQ. 2001.

FILHO, C. B; POMPEU, J. **A filosofia explica as grandes questões da humanidade**. 1. ed. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. São Paulo: Casa do Saber, 2013.

GARCIA, F.P.S. **A Implantação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) em Mato Grosso, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Cáceres/MT. UNEMAT, 2014.

GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS. **Projeto GATI promove apoio a quintais agroflorestais e hortas agroecológicas na TI Ava-Guarani de Oco'y (PR)**. Disponível em: <<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/projeto-gati/noticias/projeto-gati-promove-apoio-quintais-agroflorestais-e-hortas-agroecologicas-na-ti-ava-guarani-de-ocoy-pr/>> Acesso em: set. 2016.

- GOIDANICH, M. E. Os discursos sobre consumo consciente/crítico/político: divergências na academia e na sociedade civil. In: **Comunicon**, São Paulo. 2014.
- GONÇALVES, W. A questão agrária brasileira: vinte anos de debate. In: **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo, Hucitec, 2008.
- GREGORY, V; SCHALLENBERGER, E. **Guaíra: um mundo de águas e histórias**. Editora Germânica. 1º edição. Marechal C. Rondon, 2008.
- GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit. **Gestão Ambiental e/ou Territorial de/em Terras Indígenas: Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial nº 276/2008**. Brasília. 2009.
- GUIMARÃES V. M. B. Política nacional de gestão territorial e ambiental de terras indígenas (PNGATI): a busca pela autonomia ambiental e territorial das terras indígenas no Brasil. In: **Revista Direito Ambiental e sociedade**. v. 4, n. 1, p. 157-177, 2014.
- GUIMARÃES, M. D. A. **Desenvolvimento Rural: Territórios e Redes**. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro. 2014.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro - RJ. 6º ed. 2006.
- IGREJA CATÓLICA. Papa Francisco. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo. Paulinas, 2015.
- INGLEZ DE SOUZA, C. Gestão Territorial: Conceitos fundamentais. In: INGLEZ DE SOUZA, C; ALMEIDA, F. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Unesco. Coleção educação para todos, v. 39. Série vias dos saberes. n. 6. 2012.
- INGLEZ DE SOUZA, C; ALMEIDA, F. **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Unesco. Coleção educação para todos, v. 39. Série vias dos saberes. n. 6. 2012.
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. **Nossa terra nosso jeito: Diagnóstico Socioambiental e Mapeamento Participativo da terra Indígena Camicuã – Povo Apurinã**. Brasília – DF, 2015
- ITAIPU. Comunidades indígenas. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/comunidades-indigenas>>. Acesso em: set. 2016.
- LONG. N. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor**. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. El Colegio de San Luis. 2007.
- LOVELOCK, J. **A Vingança de Gaia**. Editora Intrínseca. Rio de Janeiro. 2001.
- LIMA, D; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: **Estudos Avançados**. v.19. nº 54. 2005. p. 45-76.
- LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Relatório para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre. Rio Branco, 2006.
- MASUZAKI, T.I. A luta dos povos Guarani no extremo Oeste do Paraná. In: **Revista Pegada**. Vol. 16. Número especial. 2015.
- MEDEIROS, J. C. A. **Reestabelecendo um Tekoá pelos índios Guarani Mbyá. Um estudo de caso da aldeia Yakã Porã - Garuva/SC**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2006.

- MELIÀ, B. **El Guarani conquistado y reducido**: ensayos de etnohistoria. v. 5. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1986.
- _____. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia, **Revista de Antropologia**, São Paulo, FFLCH/USP, vol. 33, 1990. p.31-46.
- _____. Território, Cultura, História e Identidade. In: SCHALLENBERGER, E (orgs). **Identidades nas Fronteiras**: território, cultura e história. Editora Oikos. São Leopoldo. Rio Grande do Sul. 2011.
- MONTIBELLER-FILHO, G. Crescimento econômico e sustentabilidade. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 19, n.1, jun. 2007. p. 81-89.
- _____. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: Conceitos e princípios. In: **Textos de Economia**. Florianópolis. v.4.n1. 1993, p. 131-142.
- NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. In: **Estudos Avançados**. v. 26 . n. 74, 2012. p. 51-64.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**. v.15. n.43. 2001. p.83-100.
- NIMUENDAJU, C. **As lendas da criação e destruição do mundo**: como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. Tradução de Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. Editora Hucitec. São Paulo. 1987
- OLIVEIRA, D. **Arandu Nhembo "ea"**: Cosmologia, Agricultura e Xamanismo entre os Guarani-Chiripá no litoral de Santa Catarina. (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2011.
- _____. **Nhanderukueri Ka'aguy Rupa. As florestas que pertencem aos deuses**: Etnobotânica e Territorialidade Guarani na Terra Indígena M'biguaçu/SC. Florianópolis. jun. 2009.
- PACKER, I. **Violações aos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná**: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. Centro de Trabalho Indigenista .2013.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação; Departamento da Diversidade; Coordenação da Educação Escolar Indígena. Relato de Intercâmbio entre comunidades Guarani. Curitiba. SEED. 2011
- POMBO, O. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. In: **Liinc em Revista**, v.1, n.1, mar. 2005. p. 3 -15.
- PROJETO GATI. Disponível em:<<http://www.funai.gov.br/index.php/projeto-gati>>. Acesso em: Mar. 2017.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo. Ática. 1993.
- REDE DE COOPERAÇÃO ALTERNATIVA. **Gestão territorial e ambiental em terras indígenas na Amazônia brasileira**: os percursos da Rede de Cooperação Alternativa. São Paulo. 2013.
- RIBEIRO, S. I. G. T. A mobilização dos Guarani no oeste do Paraná para recuperar suas terras. In: IV Congresso Internacional de História, Maringá. **Anais do Iv Congresso Internacional de História**, 2009.
- _____. Etnicidade e Reelaboração do nós: a contínua construção do ser Guarani. In: **Espaço Plural (Unioeste)**, v. 16, p. 43-52, 2007.
- _____. Era uma vez...e essa terra já foi nossa: os Guarani no Oeste e a guerra de conquista. In: Encontro Regional de História ANPUH: Identidade e Representações, 2004, Ponta Grossa. **Anais do IX Encontro Regional de História/ANPUH/PR**. Curitiba/Pr: Aos Quatro Ventos, 2004. p. 842-857.
- _____. Fronteira e Espacialidade: o caso dos guarani no oeste do Paraná. In: **Revista Varia Scientia** v. 06, n. 12, p. 171-192. 2006.

_____. **O horizonte é a terra:** manipulação da identidade e construção do ser entre os Guarani no Oeste do Paraná (1977-1997). (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica. Rio Grande do Sul. 2002.

_____. Os Guarani no Oeste do Paraná: espacialidade e resistência. In: **Espaço Plural**, Ano VI, Nº 13, 2º Semestre de 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 2002.

SANTOS, S. C.; NACKE, A. A UHE Binacional Itaipu e os Índios do Ocoí. In: SANTOS, S. C.; NACKE, A (Org.). **Hidrelétricas e Povos Indígenas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2º ed. Rio de Janeiro. Consequência, 2015

SEN. A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras. São Paulo. 2010.

SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Território, Territorialidade e Desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: ALVES, A. F. CARRIJO, B. R; CANDIOTTO, L. Z. P (Orgs). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. Expressão Popular. 1 ed. São Paulo. 2008.

SECCHI, D. Autonomia e Protagonismo Indígena nas Políticas Públicas. In: **Cadernos de Educação Escolar Indígena – PROESI**. JANUÁRIO, Elias; SILVA, Fernando; KARIM, Taisir (Orgs.). Barra do Bugres: UNEMAT, v. 5, n. 1, 2007.

SILVA, E. M. **Folhas ao vento:** a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteira. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. 2007.

SMITH, M; GUIMARÃES, M. A. Gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas: reflexões sobre a construção de uma nova política indigenista. Florianópolis. In: **Anais do Encontro da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade**. 2010. p. 01 – 19.

SOARES, A. L. R. **Organização Sócio-Política Guarani: Aportes para a Investigação Arqueológica**. Mestrado em Arqueologia. Pontifícia Universidade Católica. Rio Grande do Sul. 1996

SOUZA FILHO, C. F. M. Os povos indígenas e o direito brasileiro. In: SOUZA FILHO, C. F. M; BERGOLD, R.C (Orgs). **Os direitos dos povos indígenas no Brasil: Desafios no século XXI**. Ed. Letra da Lei. Curitiba. 2013.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: **Anuário Antropológico/84**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1985.

VASQUEZ, A. S. **Ética**. 15º Ed. Civilização brasileira. 1995.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Editora Garamond. 2010.

VERDUM, R. **Etnodesenvolvimento:** nova/velha utopia de indigenismo. 200 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2006

VILLANUEVA, R. E. **Síntese da reunião de instalação do Conselho Regional do Núcleo Regional Sul do Projeto GATI**. Nov. 2012a.

_____. **Parcerias, Subsídios e Diagnósticos das Áreas de Referência:** Terras Indígenas Ibirama (SC), Mangueirinha e Ava-Guarani de Oco'y (PR). 2012b.

_____. **Produto 02:** relatório de acompanhamento da formação e intercâmbios e outras capacitações envolvendo as Áreas de Referência; avaliação dos resultados e apresentação dos desdobramentos e encaminhamentos necessários. Ago. 2014a.

_____. **Produto 03:** Documento contendo: (1) relatório da execução dos projetos elaborados no âmbito do projeto GATI; (2) necessidade de ajustes e/ou atividades complementares tais como contratações de consultorias, capacitações, materiais/equipamentos específicos. Out. 2014b.

_____. **Produto 04:** Documento contendo relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento (cartografia social). Mar. 2015a.

_____. **Produto 06:** Sistematização, síntese e avaliação dos resultados da consultoria e das ações do Projeto GATI no Núcleo Regional Mata Atlântica Sul: Terras Indígenas Ibirama – SC, Mangueirinha e Ava-Guarani de Oco'y – PR. Ago. 2015b.

VIVEIROS DE CASTRO, E. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, B; RICARDO, F (Orgs;). **Povos indígenas no Brasil: 2001-2005.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. p. 41-49.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros, mensus e colonos:** história do Oeste Paranaense. Editora Vicentina. 2º Ed. Curitiba. 1987.

WHITACKER, G.M. Sobre o discurso ideológico do desenvolvimento sustentável e a reprodução do modo capitalista de produção. In: **Boletim Goiano de Geografia (Online).** Goiânia, v. 33, n. 1, jan/abr. 2013. p. 73-89.